

Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro

Fábio Wanderley Reis

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

REIS, FW. *Mercado e Utopia* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. pp. 306-358. ISBN: 978-85-99662-79-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

REGIÕES, CLASSE E IDEOLOGIA NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO ¹

I

Os temas da preferência partidária e do comportamento eleitoral se articulam normalmente, na literatura de ciência política, com o tema da ideologia. Como ocorre com frequência nas ciências sociais, porém, essa articulação se acha carregada de equívocos, apresentando dificuldades que quase nunca se têm presentes. Em particular, há pouca clareza a respeito das relações que se dão, de um lado, entre a “ideologia” e os temas específicos do debate político em determinada conjuntura (as questões ou *issues* constantes da agenda política em certo momento) e, de outro lado, entre ambas essas categorias e a da “identificação partidária”.

A dificuldade pode ser situada se se começa por distinguir, com Sartori, dois sentidos diferentes em que a expressão “ideologia” é frequentemente usada². O primeiro deles é o sentido que lhe é atribuído, por exemplo, nos trabalhos de sociologia do conhecimento: trata-se aí do conjunto difuso de valores, crenças ou ideias de qualquer tipo que se associam a determinada configuração de condições sociais gerais (posição de classe, época, nacionalidade) e que vêm a constituir, em última análise, a visão do mundo das pessoas. O segundo sentido é o que a palavra adquire usualmente quando se trata de “ideologia política”: aqui se dá ênfase à noção de um conjunto estruturado e coerente de ideias, que encerra como dimensão saliente a de estar destinado a servir de guia para a ação política. Percebe-se que um ponto relevante no contraste entre as duas noções de ideologia consiste, assim, no fato de que a primeira se refere a algo que é, em ampla medida, um *dado* da situação social dos agentes individuais ou coletivos, enquanto a segunda, referida como se acha à ação política, destaca um componente voluntário e eventualmente *lúcido* do comportamento daqueles agentes. Levada um pouco adiante a intuição aí

¹ Trabalho realizado em colaboração com Mônica Mata Machado de Castro e publicado inicialmente em *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, no. 26, 1992. As duas seções iniciais utilizam algumas passagens de “Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional”, capítulo 3 deste volume.

² Giovanni Sartori, “Politics, Ideology and Belief Systems”, *American Political Science Review*, vol. 63, n. 2, junho de 1969.

contida, a distinção permite falar de um contraste entre o *social* em geral, tomado como a esfera do dado, do substrato, do “adscrito”, e o *político*, tomado como a esfera do voluntário e do deliberado³.

Isso remete de imediato, como parece claro, à questão da racionalidade dos agentes sociopolíticos. Assim, não é casual que a sociologia do conhecimento, recorrendo à noção de ideologia para indicar os elementos socialmente “dados” da visão do mundo dos indivíduos e grupos, destaque também as distorções produzidas pela operação de tais elementos no que diz respeito, de maneira especial, à percepção da própria realidade social. Por contraste, a imagem do agente político envolvida no recurso à noção de “ideologia política” é antes a de um agente racional, capaz de estruturar coerentemente um universo político complexo e de decidir de forma consequente diante de qualquer problema específico com que se defronte naquele universo.

Tais observações, por sua vez, podem ser postas em correspondência com diferentes maneiras de conceber a própria política e de abordar o seu estudo. A imagem do agente racional que se acaba de caracterizar não pode deixar de evocar os trabalhos que se vêm desenvolvendo recentemente em conexão com a abordagem conhecida (entre vários outros nomes) como a da “escolha racional” (*rational choice*). Em suas aplicações a diversas áreas da ciência política contemporânea, notadamente a do comportamento partidário-eleitoral, essa abordagem distingue-se precisamente por postular agentes dotados de racionalidade, caracterizados por atuarem visando à realização de suas preferências, fins ou interesses através da manipulação

³ Essa distinção se liga com interessantes problemas relacionados a uma ambiguidade fundamental no uso da noção de “institucional” ou “institucionalizado” na literatura de ciências sociais. Por um lado, “institucional” ou “institucionalizado” é usado para indicar os aspectos da vida social que se mostram afins à ideia durkheimiana da “coerção” social, ou seja, que dizem respeito ao caráter objetivo e “pronto” da realidade social, da qual os indivíduos e gerações aparecem como o produto mais ou menos passivo. Por outro lado, aquelas palavras (especialmente “institucional”) são também usadas em correspondência com a ideia de “mecanismos” e “procedimentos” – o nível “meramente institucional” –, os quais, por contraste com a rigidez e opacidade dos aspectos salientados no primeiro sentido, aparecem como suscetíveis de manipulação deliberada. Ou seja, fala-se do institucional tanto como “contexto” quanto como “objeto”, do que decorrem algumas confusões importantes para a análise da articulação entre a esfera do político e a do social em geral. Veja-se, a respeito, Fábio W. Reis, *Política e Racionalidade - Problemas de Teoria e Método de uma Sociologia Crítica da Política*, Belo Horizonte, Edições RBEP, 1984.

das condições (meios) que lhes oferece o ambiente⁴. Contudo, apesar do êxito crescente da abordagem da escolha racional, pelo menos em termos da atração por ela exercida e do volume de publicações que a ela se ligam, ela tem sido também severamente criticada a partir de certos ângulos que tornam o confronto de perspectivas a respeito diretamente relevante para a questão dos vínculos entre partidos e eleitores que aqui nos importa. Com efeito, o fulcro dessa crítica – à qual se dedica, por exemplo, artigo de Alessandro Pizzorno de alguns anos atrás⁵ – consiste em contrapor ao caráter *instrumental* que seria próprio da ação política na abordagem da escolha racional uma concepção de política em que esta aparece como a esfera em que se definem ou produzem *identidades*. Assim, à visão utilitária do comportamento político-eleitoral e da política em geral que distinguiria a primeira abordagem se apresenta a *alternativa* de uma teoria “simbólica” da política, onde aspectos como solidariedade e comportamento ritual são vistos como componentes fundamentais da vida política em conexão com o decisivo papel atribuído à produção de identidades coletivas⁶.

Ocorre, porém, que a ideia de identidade revela ela própria grande ambivalência do ponto de vista dos problemas em jogo, que surge com nitidez quando se examinam de certo ângulo as ligações entre movimentos sociopolíticos e suas “bases sociais”. Tomem-se, por exemplo, as formas “clássicas” de movimentos políticos referidos a nacionalidades, etnias e classes sociais. Por um lado, tais movimentos tendem a apresentar-se como expressão de categorias coletivas cuja identidade seria de alguma forma dada ou preestabelecida, e é a referência aos fundamentos dados da identidade que *prima facie* os legitima. Essa observação se liga à de que as categorias em questão correspondem a coletividades de tal natureza que se tornaria sem sentido, em princípio, pretender vincular a participação nelas a “funções” ou “tarefas” a serem cumpridas: trata-se de microcosmos sociais ou subculturas (às vezes designados na literatura sociológica como grupos “multifuncionais” ou “suprafuncionais”) em que o indivíduo se vê imerso de maneira envolvente e complexa, por contraste com as formas

⁴ Uma útil coletânea de textos relacionados a essa abordagem se tem em Brian Barry e Russel Hardin (eds.), *Rational Man and Irrational Society?*, Beverly Hills, Sage Publications, 1982.

⁵ Alessandro Pizzorno, “Sulla Razionalità della Scelta Democratica”, *Stato e Mercato*, n° 7, abril de 1983.

⁶ *Ibid.*, pp. 16 e seguintes.

segmentárias – e voluntárias – de participação características das associações “funcionais” tais como partidos, clubes etc. E precisamente na natureza “suprafuncional”, “dada” e por assim dizer “opaca” de tais coletividades residiria o fator decisivo de sua importância na conformação da identidade pessoal dos indivíduos.

Por outro lado, contudo, observe-se que aquilo que a ação política desencadeada nos movimentos em exame procura fazer é, em ampla medida, justamente transformar o fundamento da identidade coletiva – e pessoal, na medida em que se articula com a primeira – numa questão de opção voluntária e lúcida referida a uma obra a realizar. Isso se revela de maneira exemplar na ligação estabelecida, na literatura marxista, entre consciência e identidade de classe, de um lado, e, de outro, certa *ideologia política* (no sentido de Sartori) em que se especificam *tarefas a cumprir*. Do ponto de vista das classes dominadas, em particular, é precisamente nessa conexão entre identidade e tarefas a serem cumpridas, ou seja, entre a identidade e a *instrumentalidade* da ação política, que reside a possibilidade de virem elas a resistir à penetração difusa por parte das ideologias ou visões de mundo dominantes e a sacudir o conformismo e a passividade decorrentes – por outras palavras, de se constituírem como classes “para si”, capazes de *agir* coletivamente, eventualmente de maneira revolucionária. Considerações análogas se aplicariam à passagem da imersão ingênua ou passiva em tradições étnicas ou nacionais para a ação política referida aos interesses das etnias ou nacionalidades correspondentes⁷. Tratar-se-ia, assim, contra o império das visões do mundo dadas e de sua conformação da identidade coletiva e pessoal, de redefinir a própria questão da identidade em termos de grupos “funcionais” com tarefas (políticas) a cumprir, ou de trazer o voluntário e o deliberado, de alguma forma, à própria esfera da definição da identidade⁸.

⁷ Lembre-se, a propósito, o próprio nacionalismo brasileiro tal como se consubstanciou, por exemplo, na produção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde se contrapunha com ênfase o patriotismo tradicional à defesa consequente dos interesses do país, ligando-se a esta última à adequada afirmação da identidade nacional.

⁸ Isso se liga, claramente, com a própria ideia de autonomia ou liberdade. Veja-se, por exemplo, a seguinte observação de Jon Elster: “Penso que a ideia subjacente à noção kantiana de liberdade é a de que o homem deveria ser capaz, de alguma forma, de *escolher-se a si mesmo*; ser livre não apenas no sentido fraco de agir de acordo com preferências consistentes, de qualquer nível, mas também no sentido mais forte de ter escolhido essas

Nessa perspectiva, a concepção do partido político adquire ela própria uma feição marcadamente instrumental. Quer se trate de partidos referidos a movimentos nacionalistas, étnicos ou de classe, o partido surge antes de mais nada como o instrumento para a realização de objetivos que se vinculam com as categorias correspondentes. Dependendo, porém, do maior ou menor amadurecimento do movimento como tal, pode adquirir prioridade, entre os objetivos imediatos da ação, a dimensão *simbólica* do estabelecimento de correspondência entre três aspectos da situação: (1) a definição ou redefinição de uma identidade coletiva; (2) a identidade individual ou pessoal dos que constituem a audiência ou a área de recrutamento potencial do partido; e (3) os objetivos concretos que se propõem para a ação. Em outros termos, um aspecto saliente do problema geral é, com efeito, mesmo na perspectiva recém-indicada, o da produção de identidades – mas essa *produção*, executada na ação política, envolve ela mesma um problema de estratégia e instrumentalidade.

O principal desdobramento dessa temática, que a um tempo a enriquece e lhe traz um fator adicional de confusão, dá-se com a introdução do tema da “identificação partidária” ou da “identidade partidária”, onde o partido aparece não mais como o fator ou instrumento de uma identidade referida a entidades ou categorias que não se reduzem a ele, mas como o próprio foco ou referencial último da identidade coletiva. Um primeiro contexto no qual se pode considerar tal tema relaciona-se mais diretamente à concepção do partido acima esboçada, de inspiração marxista. Referimo-nos aos estudos que destacam, na história dos partidos de ideologia revolucionária e especificamente marxista, as “funções latentes” cumpridas pelo partido do ponto de vista da identidade pessoal de seus membros ou simpatizantes, por contraste com os objetivos manifestos (revolucionários) estabelecidos pela ideologia. Podem ser mencionadas, por exemplo, as pesquisas de Guenther Roth sobre o Partido Social Democrata da Alemanha imperial e de Alessandro Pizzorno e colaboradores sobre o Partido Comunista Italiano, nas quais se salientam seja o especial papel exercido, na formação do partido, pelos vínculos sociopsicológicos que se estabelecem entre seus membros, seja a característica de “subcultura” que o partido pode vir a adquirir depois de constituído, com sua transformação numa espécie de quisto social, a “mumificação” dos objetivos

preferências”. (*Logic and Society*, Nova York, Wiley, 1978, p. 162.).

revolucionários e a convivência pragmática com o sistema político em que se integra⁹.

Mas é nos estudos eleitorais da chamada “escola de Michigan” que o tema da identidade partidária ganha especial relevo. Pois eles não apenas mostram o papel singularmente importante desempenhado no condicionamento da decisão de voto pela identificação do eleitor com um partido ou outro. Mais que isso, tal identificação partidária tende a apresentar grande estabilidade tanto no interior de dada geração quanto de uma geração a outra, bem como a revelar-se em boa medida independente de bases sociais alternativas para a configuração de identidades coletivas (tais como as classes sociais) e amplamente independente do grau de organicidade ou estruturação revelado pelos eleitores em sua percepção das questões de natureza variada a comporem as ideologias políticas correntes. Por outras palavras, a identificação partidária *como tal*, a simples lealdade adquirida ou herdada para com determinado partido, tende a ser decisiva no condicionamento da identidade politicamente relevante dos eleitores¹⁰.

Algumas conclusões provisórias, e indagações a elas ligadas, podem ser extraídas dessa breve discussão. Basicamente a de que, se é certo que a atuação política envolve sempre, onde e como quer que se dê, um problema de identidade pessoal e sua complexa articulação com este ou aquele foco de identidade coletiva, não há razão para se presumir que a solução dada a tal problema venha a ser sempre a mesma. Fatores “dados” de identidade coletiva e grupos “multifuncionais” correspondentes serão com frequência pontos de referência para a ação política – que, no entanto, fatalmente os redefinirá ao se desdobrar como tal. De outro lado, as instrumentalidades mesmas da ação política podem vir – e tenderão mesmo com frequência – a constituir-se em focos de definição de identidades pessoais e coletivas. As ideologias enquanto “visões do mundo”, por difusas que sejam, podem naturalmente tornar-se ingredientes ou instrumentos de “ideologias políticas” de cunho estratégico e orientadas para a ação – assim como,

simetricamente, os *issues* ou temas cognitiva e instrumentalmente articulados destas últimas podem vir a substituir visões do mundo “dadas” no condicionamento da identidade pessoal e política.

Assinale-se, em particular, que essa dialética entre o “instrumental” e o “expressivo” na ação política transita sempre, de alguma forma, pelo plano do *cognitivo*, com respeito ao qual é indispensável ter presente a capacidade de integração e estruturação que se ressalta no sentido acima atribuído, com Sartori, à “ideologia política”. Nesse sentido, atuação política ideológica é, a rigor, atuação política *issue-oriented* – ou seja, aquela em que o agente se encontra informado sobre os diversos aspectos do universo político em que atua e situa-se perante as questões da conjuntura política através do esforço de estabelecer sua conexão com o diagnóstico dos aspectos mais estáveis daquele universo. A apreensão adequada dos *issues* de uma conjuntura dada seria, assim, condição para a própria instrumentalidade estratégica da ação, mesmo a prazo mais longo. Apreciado nessa ótica o jogo acima indicado entre o instrumental (estratégico) e o expressivo ou simbólico (a identidade), vê-se que é possível distinguir algumas configurações mais ou menos claras a respeito: (a) uma condição em que se trata de identidades dadas, cognitivamente ingênuas e “acríticas”, que não são como tal o objeto ou a referência de ações instrumentais ou estratégicas; (b) outra em que tais identidades, reflexivamente tomadas, passam precisamente a constituir o objeto de ação política estrategicamente orientada, quando a articulação cognitiva, nos planos sincrônico e diacrônico, da diversidade de aspectos do ambiente em que a ação se desenvolve se torna crucial e prevalece a conduta *issue-oriented*; e (c) outra em que o próprio instrumental da ação política, em particular o partido ou o movimento organizado em torno de um ideário de maior ou menor sofisticação, se torna um ponto de referência importante ou mesmo decisivo para a conformação da identidade coletiva e pessoal. Naturalmente, outras possibilidades e mesclas se dão, e podem eventualmente mostrar-se relevantes em diferentes contextos. O exame dos problemas ligados ao comportamento político-eleitoral e sua articulação com os partidos, bem como a constituição e o significado destes em um contexto ou outro, deve necessariamente estar atento para o desafio que essa complexidade representa.

⁹ Vejam-se Guenther Roth, *The Social Democrats in Imperial Germany*, Londres, Bedminster Press, 1963, e os artigos de Alessandro Pizzorno e colaboradores incluídos em *Quaderni di Sociologia*, v. 15, nos. 3 e 4, julho-dezembro de 1966, especialmente Pizzorno, “Introduzione allo Studio della Partecipazione Política”.

¹⁰ Veja-se, por exemplo, Philip E. Converse, “The Nature of Belief Systems in Mass Publics”, em David A. Apter (ed.), *Ideology and Discontent*, Nova York, Free Press, 1964.

II

A estratégia adotada no programa de pesquisa de que este texto é um produto privilegiou desde o início a ideia de procurar apreender os vínculos entre a identificação partidária, de um lado, e, de outro, percepções variadas do universo político tal como se manifestariam nas posições adotadas pelos indivíduos com respeito a assuntos ou questões de diversos tipos e na estruturação ou integração de tais posições. Distinguiram-se especialmente, nos questionários elaborados nos levantamentos feitos por ocasião de sucessivas eleições, três grandes tipos de questões: (a) as questões político-institucionais, referidas a temas que se relacionam diretamente com o próprio caráter politicamente autoritário do regime de 1964 e suas perspectivas de democratização, incluindo coisas tais como os atos institucionais, a participação dos militares no processo político, o caráter direto ou indireto das eleições para cargos de importância, a avaliação da capacidade política do “povo” etc.; (b) questões de política econômico-social do regime, tais como o combate à alta do custo de vida, as políticas habitacional, educacional e de saúde etc.; e, finalmente, (c) questões ligadas mais diretamente ao cotidiano das pessoas, envolvendo a preocupação de apreender a tradução ou o reflexo das condições gerais correspondentes a *a* e *b* especialmente sobre o plano imediato das condições de vida disponíveis nos locais de moradia (bairros, vizinhanças). A principal suposição subjacente a essa estratégia era a de que se encontrariam, em diferentes contextos sociais, graus variados de sensibilidade aos diversos tipos de questões e formas diferenciais de articulá-las entre si e com a opção partidária.

A análise dos dados coligidos em levantamentos anteriores ao das eleições de 1982 levou-nos a certo esquema interpretativo que parece corresponder a uma transposição adequada das articulações ocorridas em dois planos, ou seja, as que se dão entre as opiniões e percepções dos três conjuntos de temas ou questões entre si e as que se dão entre o nível como tal dessas percepções e opiniões, de um lado, e o dos contextos sociais diversos, de outro. “Esse esquema interpretativo pode ser descrito como maneira especial de se integrarem dois conhecidos “modelos” da literatura sociológica dedicados a dar conta das formas assumidas pela participação política em geral, isto é, o modelo da “centralidade” e o da “consciência de

classe”¹¹. Como se sabe, o primeiro desses dois modelos estabelece uma relação causal entre a intensidade da participação exibida pelas pessoas e o grau de “centralidade” de sua posição social, ou seja, o grau em que se revelam, tanto objetiva como subjetivamente, próximos ou integrados ao núcleo do sistema social geral em decorrência da posição ocupada numa série de variáveis, destacando-se a posição de classe ou o status socioeconômico (a dimensão “vertical” da centralidade) e a experiência urbana (sua dimensão “horizontal”): quanto mais alta a posição de classe e quanto maior a integração na vida das cidades, com sua contrapartida de alargamento do horizonte intelectual-psicológico e de maior exposição a informações de todo tipo, tanto maior a participação política. Já o modelo da consciência de classe, de inspiração marxista, vincula a participação política à “intensidade” e “clareza” da consciência alcançada pelos indivíduos de pertencerem a determinada classe social: maior a consciência de classe (mais intensa, mais clara), maior a participação¹².

A articulação que propomos entre os dois modelos diz respeito ao fato de que, pelo menos nas condições brasileiras, os fatores ligados à “centralidade” da posição social não apenas condicionam diretamente a participação política (em particular a eleitoral), mas também influem decisivamente sobre a possibilidade de que o modelo da consciência de classe venha ele próprio a atuar, bem como sobre as formas assumidas por tal atuação. A ideia geral – bastante ortodoxa, apesar de se tornar talvez mais precisa ao se transpor nesta linguagem – é a de que as dimensões variadas de centralidade, conjugando-se, definem *contextos* que se mostram mais ou menos favoráveis à operação dos mecanismos sociopsicológicos previstos pelo modelo da consciência de classe. Além disso, na medida em que a noção de centralidade inclui como dimensão saliente a própria posição de classe, ou fatores intimamente ligados a esta, o condicionamento exercido pelos fatores de centralidade sobre a participação total, ao filtrar-se em parte através dos mecanismos da consciência de classe, não pode deixar de ter consequências para a *direção* ou o *conteúdo* (conformista ou inconformista, conservador ou tendencialmente constestatário) da participação, à parte os efeitos sobre a maior ou menor *intensidade* dela¹³.

¹¹ Veja-se a respeito Pizzorno, “Introduzione”.

¹² Ibidem, p. 261.

¹³ A discussão mais minuciosa da articulação proposta entre os dois modelos e de sua

O resultado geral da teia de causalidade relativamente complexa que aí se vislumbra tem – na formulação sumária que podemos fazer aqui – dois traços destacados e relacionados. Primeiro, o de que os “setores populares”, enquanto categoria social decisiva no processo político-eleitoral brasileiro da atualidade, tenderão a apresentar internamente formas de comportamento político heterogêneas e mesmo contrastantes: sendo tais setores, globalmente considerados, aquela categoria que por definição sofre mais direta e maciçamente os efeitos da condição “marginal”¹ ou “periférica” (em termos do modelo da centralidade), eles são também aquela em que o impacto da alteração nessa condição através dos processos associados à industrialização e à urbanização mais se fará sentir sobre as disposições relativas à participação política – com a consequência de que se combinarão nesta categoria (por exemplo, conforme se trate de áreas rurais ou urbanas) inclinações acentuadamente conservadoras, marcadas por hábitos de deferência, e outras de sentido inconformista e reivindicante. Segundo, o de que, nas condições da atualidade brasileira, é fatal que os membros das categorias sociais economicamente favorecidas sejam, em decorrência de sua posição social mesma, aqueles que manifestam maior grau de consciência de classe em seu comportamento político-eleitoral. São eles, por outras palavras, que mostram percepção mais refinada do universo político, estruturando-o de maneira a estabelecer correspondência mais nítida e coerente entre sua “visão do mundo” ou perspectiva sociopolítica básica, de um lado, e as posições mantidas com respeito aos diversos itens do debate político de uma conjuntura dada, de outro, bem como dando tradução mais consequente a essa estruturação em termos de opção eleitoral-partidária.

A análise a seguir se refere sobretudo a dados coletados por ocasião das eleições de 1982¹⁴. Naturalmente, não retomaremos aqui de maneira

relevância para dar conta dos resultados de pesquisas brasileiras recentes pode ser encontrada em Fábio W. Reis, “O Eleitorado, os Partidos e o Regime Autoritário Brasileiro”, em B. Sorj e M.H.T. Almeida (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983 (também capítulo 10 do presente volume), e em Fábio W. Reis, “Conclusão: Em Busca da Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro”, em Fábio W. Reis (org.), *Os Partidos e o Regime*, São Paulo, Símbolo, 1978.

¹⁴ Trata-se de projeto executado em colaboração entre o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Amaury de Souza, Bolivar Lamounier e Marcus Figueiredo), o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Olavo Brasil de Lima Jr. e Maria das Graças Rua), o Instituto Joaquim Nabuco (Joaquim Falcão), a Universidade

sistemática as verificações que permitem fundamentar esse diagnóstico, as quais se encontram discutidas em análises publicadas anteriormente¹⁵. Procuraremos antes, com base nos dados relativos às eleições de 1982, complementar em duas direções aquelas análises. Em primeiro lugar, os novos dados permitem um teste adicional de algumas das conclusões anteriores, o qual ganha em interesse na medida em que tais dados correspondem a um número maior de localidades e regiões do país do que o que se tinha podido pesquisar em outras oportunidades. Torna-se possível, assim, a apreensão talvez mais refinada dos matizes existentes na articulação das variáveis básicas em jogo, tomadas do ponto de vista da medida em que essa articulação dá origem a proposições teóricas em princípio generalizáveis. Em segundo lugar, essa mesma variedade de localidades e regiões propicia, obviamente, a chance de aprimoramento do diagnóstico das condições existentes no país *enquanto caso específico*. Se fosse possível, por exemplo, definir *perfis* de localidades com recurso a certas variáveis ou dimensões básicas (eventualmente algumas das mesmas dimensões consideradas acima, submetidas agora a reformulações indicadas pelas novas análises), estaríamos capacitados, através do jogo assim sugerido entre a ótica de examinar contextualmente a operação de nossas variáveis e a de transformar os próprios contextos em variáveis, a realizar avanços simultâneos nas duas direções.

Dada a complexidade resultante da preocupação de comparar a articulação de tipos diversos de variáveis num conjunto relativamente numeroso de localidades, será necessário, para não sobrecarregar excessivamente o texto, procurar simplificar a apresentação e a discussão

Federal da Bahia (Acácio Werneck), a Universidade Federal do Ceará (Tereza Haguette), a Universidade Federal de Minas Gerais (Fábio Wanderley Reis e Mônica Mata Machado de Castro), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Marcelo Baquero) e a Universidade Estadual de Campinas (Plínio Dentzien), dando continuidade a projetos anteriores, sobretudo os relatados em Bolivar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso (orgs.), *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, e em F. W. Reis (org.), *Os Partidos e o Regime*, citado acima. Os aspectos metodológicos do novo projeto e o trabalho de campo estiveram sob a coordenação principal de Amaury de Souza, tendo sido aplicado o mesmo questionário básico a amostras probabilísticas de estádios múltiplos das populações das diversas localidades que se indicam logo adiante no texto. Infelizmente, frustraram-se, por várias razões, os planos para publicação conjunta das análises do material produzido.

¹⁵ Ver especialmente Fábio W. Reis, “Classe Social e Opção Partidária: As Eleições em 1976 em Juiz de Fora”, em F. W. Reis (org.), *Os Partidos e o Regime*.

dos dados. Nossa estratégia consistirá basicamente em tomar alguns itens que possam ser considerados *exemplos* adequados dos diversos conjuntos de questões anteriormente indicados (questões político-institucionais, questões de política econômico-social e questões referidas diretamente às condições de vida no plano “local”) e tratar de examinar sua articulação com as identificações partidárias nos contextos representados por camadas socioeconômicas diversas nas diferentes localidades pesquisadas. Estaremos em busca, assim, de padrões que estejam eventualmente em operação com respeito a alguns aspectos mais salientes do diagnóstico acima esboçado. Esta perspectiva se justifica, em primeiro lugar, por se tratar aqui de uma tentativa preliminar de comparar metodicamente dados de procedência regionalmente diversificada. Mas, como se verá, dada a natureza do relacionamento entre as diferentes variáveis sugerido naquele diagnóstico, as observações a serem analisadas podem ser tomadas como testes aparentemente apropriados mesmo de aspectos relativamente complexos que emergem de análises mais pormenorizadas realizadas antes com menor preocupação comparativa.

Seja como for, da perspectiva orientada pela busca comparativa de certos padrões gerais decorrem algumas opções simplificadoras aqui adotadas. Assim, nas tabelas a serem examinadas adiante, os dados relacionados com opção ou identificação partidária referem-se ao mero contraste entre uma opção *oposicionista* e uma opção *governista* ou *situacionista*. Na manipulação dos dados correspondentes, e particularmente no cálculo dos valores adquiridos pelo coeficiente de correlação utilizado, agregaram-se as preferências pelo PMDB às preferências pelo PT e pelo PDT, as quais foram tomadas conjuntamente como correspondendo a uma opção oposicionista. Por seu turno, as preferências pelo PTB foram agregadas às preferências pelo PDS como correspondendo a uma opção governista, o que parece justificar-se – apesar das ambiguidades do novo PTB – diante da imagem predominante associada ao partido no momento das eleições. Não obstante, nos casos em que o exame dos dados no nível dos partidos tomados separadamente propicia observações de interesse, registramos no texto tais observações, tratando de tê-las em conta na apreciação geral dos dados.

Outra simplificação diz respeito à medida adotada de posição socioeconômica. Nosso procedimento consistiu meramente em tomar

categorias de renda familiar definidas em termos monetariamente homogêneas para todas as localidades estudadas, categorias estas que se estabeleceram por referência ao salário mínimo vigente em Belo Horizonte em novembro de 1982. Apesar dos problemas óbvios de tal procedimento, ele tem, além da simplicidade, pelo menos o mérito de ser claro mesmo no que concerne aos problemas que envolve – e, dados os objetivos preliminares da análise comparativa, parece aceitável diante das dificuldades e dos ganhos incertos da tentativa de estabelecer medidas contextualmente mais significativas de posição socioeconômica.

Ainda uma observação antes de passar ao exame dos dados. Estaremos lidando em nossas análises sobretudo com capitais de estados, especificamente Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. As tabelas a serem discutidas incluem igualmente, porém, dados referentes aos municípios de Rio Paranaíba, Manhumirim e Manhuaçu, em Minas Gerais, e Iúna, no Espírito Santo, os quais serão designados como “área rural”. Embora os questionários aplicados nestes municípios sejam em número bem inferior aos correspondentes às capitais mencionadas e praticamente se limitem às duas categorias mais baixas de renda familiar fixadas pelo procedimento descrito, sua inclusão na análise permite a referência a uma espécie de “pólo” especial, com sugestões enriquecedoras para diversos aspectos das observações a serem feitas.

III

Um aspecto saliente da conjuntura político-eleitoral em que se dão as eleições de 1982 é certamente o fato de que elas correspondem às primeiras eleições posteriormente à reformulação do quadro partidário ocorrida em 1979. Assim, começemos nossas observações dos dados pelo exame da maneira pela qual, nas diferentes localidades estudadas, se distribuem nos estratos socioeconômicos as preferências pelos partidos que recebem em 1982 seu batismo eleitoral. A tabela I mostra essa distribuição com referência à renda familiar dos entrevistados.

A observação mais clara a assinalar é talvez a consequência mais geral da reformulação partidária recente: a de que tendem a ser fracas ou nulas as relações entre o nível de renda e a preferência partidária. Isso

contrasta com numerosas observações das análises relativas às disputas eleitorais de 1974 em diante, nas quais, em particular nos grandes centros, as identificações com MDB ou ARENA tendiam a distribuir-se pelos diversos estratos socioeconômicos de tal maneira que as opções emedebistas aumentavam à medida que se passava dos estratos mais altos aos mais baixos, enquanto diminuía as opções arenistas. Por certo, algo desta tendência ainda se manifesta nos dados que agora examinamos, podendo ser apreciado sobretudo em certo aumento da identificação com o PDS em correspondência com o aumento da renda familiar em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Em geral, porém, a tendência se manifesta agora de maneira bastante tênue – e chega mesmo a inclinar-se na direção oposta nos casos de Recife e Salvador, onde há certa propensão a *diminuir* a opção “pedessista” com o aumento da renda. Tudo indica que o quadro geral de fracas correlações se deve ao efeito perturbador da mera multiplicação dos partidos, em conjugação com o tipo especial de atração sobre o eleitorado exercido em algumas cidades pelos partidos pequenos. Mas a inversão esboçada em Recife e Salvador não se ajusta a isso, e retomá-la-emos adiante.

Algumas outras observações podem ser feitas. Elas dizem respeito, em primeiro lugar, a certos fatos banais à luz dos próprios resultados eleitorais: de um lado, a presença de PTB, PDT e PT em várias capitais, particularmente Rio, São Paulo e Porto Alegre; de outro, o oposicionismo dominante nas capitais dos estados, expressando-se no fato de que, em qualquer das categorias de renda consideradas, a opção governista (mesmo definida de maneira a agregar as preferências pelo PDS e pelo PTB) só chega a ser majoritária face ao conjunto das opções oposicionistas no caso dos municípios do interior aqui designados como “área rural”. Mas há também algo bem mais interessante, a saber, a observação de que a tendência geral à fraca correlação entre identificação partidária e nível de renda é claramente contrariada em Porto Alegre. Aí, a distribuição das preferências pelo PDS nos diversos estratos de renda contrasta agudamente com a distribuição das preferências pelo PDT, enquanto o PMDB tende a oscilar em torno dos 30 por cento nos diferentes estratos. A forte correlação encontrada, mais que o papel do PDT por si mesmo, sugere uma singularidade do eleitorado de Porto Alegre que se corrobora em outros aspectos a serem considerados, mostrando-se de grande interesse do ponto de vista da interpretação geral dos dados. Mas é de se notar também a

ocorrência particularmente elevada, em Porto Alegre, de eleitores *sem preferência* entre os partidos: as demais observações sobre esta cidade a serem assinaladas adiante levam a pensar que a indecisão que aí se revela seja o reflexo da percepção das complexidades da conjuntura político-eleitoral antes que de alheamento perante o processo político, o que, por sua vez, sugere que a alta correlação com renda familiar encontrada entre os que *têm* preferência expresse o legado da oposição entre PTB e anti-PTB (o antigo PTB, naturalmente) que há tempos vem marcando a vida política rio-grandense¹⁶.

¹⁶ Veja-se, por exemplo, Hégio Trindade, “Padrões e Tendências do Comportamento Eleitoral no Rio Grande do Sul (1950/1974)”, em B. Lamounier e F.H. Cardoso (orgs.) *Os Partidos e as Eleições no Brasil*.

torná-los desde logo alheios ao universo real da vida cotidiana dos setores populares. Seria o caso, por exemplo, do papel especial que, de acordo com dados coletados em Juiz de Fora em 1976, as condições da assistência médica disponível localmente pareciam exercer em condicionar a decisão político-eleitoral, provavelmente em função da epidemia de meningite que ocorrera havia pouco¹⁹.

Os dados de 1982, contudo, não corroboram tais expectativas nem mesmo com os matizes indicados. O questionário aplicado nas diferentes cidades inclui uma bateria bastante numerosa de itens referidos a questões “locais”, formulados de maneira a obter a opinião do entrevistado sobre a qualidade de diversos serviços em seu bairro ou vizinhança: fornecimento de água, serviço de esgotos, iluminação e conservação das ruas, transporte coletivo, policiamento, assistência médica, abastecimento etc. A forma geral dos dados, repetindo-se nos diversos itens, torna inútil que nos dediquemos a examinar cada um deles. Verifica-se, em primeiro lugar, nas diversas localidades, a tendência a amplas porcentagens de respostas “conformistas”, isto é, respostas que expressam *satisfação* com as condições existentes. Mas, independentemente de haver ou não divergência de opiniões quanto à avaliação de determinado serviço (que não deixa de variar bastante em alguns itens), a tendência geral é a de ocorrência de correlações nulas ou muito fracas dessa avaliação com a identificação partidária. Na tabela II podem ser observados, a título de ilustração, os coeficientes de correlação encontrados para o caso do item correspondente ao policiamento local, escolhido precisamente por exibir maior variação no que se refere às opiniões sobre a qualidade do serviço (que em Belo Horizonte, por exemplo, oscilam entre 25 e 45 por cento de insatisfeitos nas diversas categorias de renda familiar, enquanto em Salvador a mesma oscilação se dá entre 60 e 69 por cento) e um nível geral de insatisfação mais alto. Vê-se que, com umas poucas exceções, são extremamente baixos os valores do coeficiente de correlação utilizado²⁰. Tal padrão, no que tem

¹⁹ Ibidem, pp. 253 e seguintes.

²⁰ Vale notar que as exceções ocorrem especialmente na cidade de Recife, o que apresenta interesse diante de outras observações a serem assinaladas. Na tabela II e nas demais, a medida de correlação utilizada é o coeficiente *fi*, adequado para cruzamentos 2x2 em que se incluem variáveis de nível nominal (como preferência partidária). No cálculo dos valores do coeficiente, as variáveis envolvidas foram, naturalmente, sempre dicotomizadas: além da agregação em termos de “oposicionismo/situacionismo” quanto à preferência partidária,

de reiterado nos diferentes itens, indica com clareza que as questões “locais” não tendem a se constituir em *issues* ou problemas reais do ponto de vista político-eleitoral – a não ser, talvez, em circunstâncias muito especiais, das quais o observado na Juiz de Fora de 1976 com relação às condições de assistência médica terá sido um exemplo. Contudo, seria preciso ter em conta, naturalmente, a questão do tipo de eleição: as eleições de 1976 foram de âmbito municipal, e é razoável presumir que nossas “questões locais” adquiram maior saliência neste caso.

agregaram-se também, por exemplo, as categorias de resposta pré-codificadas que expressavam ou satisfação ou insatisfação no que se refere a diversos aspectos da atuação governamental ou do regime, independentemente do maior ou menor *grau* de uma ou de outra. Nas tabelas II a IX, o pequeno número de entrevistados na categoria inferior de renda familiar (categoria 1) em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre impede o uso significativo do coeficiente nesses casos (da mesma forma que na maior parte das categorias de renda nos municípios da “área rural”). Contudo, o cálculo feito com base na agregação das categorias 1 e 2 de renda não altera os padrões a serem destacados no texto.

Tabela II – Eleições de 1982: Opiniões sobre policiamento local em relação com renda familiar e preferência partidária, por localidade

		RENDA FAMILIAR				
		1	2	3	4	5
Fortaleza	A)* % de insatisfeitos	59	62	48	57	55
	B) <i>Fi</i> (Correl. c/ pref. part.)	0,03	0,18	0,21	-0,15	0,07
Recife	A) % de insatisfeitos	55	57	54	57	73
	B) <i>Fi</i>	0,21	0,25	0,24	-0,01	0,05
Salvador	A) % de insatisfeitos	64	63	60	67	69
	B) <i>Fi</i>	-0,03	0,00	-0,03	0,02	0,02
Belo Horizonte	A) % de insatisfeitos	35	45	35	32	25
	B) <i>Fi</i>	0,21	0,08	0,08	0,11	-0,03
"Área rural"	A) % de insatisfeitos	59	-	-	-	-
	B) <i>Fi</i>	0,18	-	-	-	-
Rio de Janeiro	A) % de insatisfeitos	36	38	38	39	37
	B) <i>Fi</i>	-	0,08	-0,06	0,07	0,19
São Paulo	A) % de insatisfeitos	26	37	36	36	34
	B) <i>Fi</i>	-	-0,05	0,05	0,00	-0,06
Porto Alegre	A) % de insatisfeitos	48	39	40	40	37
	B) <i>Fi</i>	-	-0,08	-0,08	0,09	0,05
* A = Porcentagens de insatisfeitos com respeito ao policiamento local entre os entrevistados que manifestam preferência por algum partido.						
B = Correlações (coeficiente <i>fi</i>) entre opiniões sobre o policiamento e preferência partidária ("oposicionismo" versus "governismo"). O sinal positivo do coeficiente indica que "oposicionismo" cresce com insatisfação crescente, o sinal negativo indica que "oposicionismo" diminui com insatisfação crescente. Ver nota 20 para outros esclarecimentos.						

Voltemo-nos para os itens de política econômico-social. As tabelas III, IV e V mostram, em forma análoga à da tabela anterior, os dados correspondentes a três desses itens, nos quais se trata da opinião dos entrevistados sobre o êxito do governo no combate à alta do custo de vida e na solução dos problemas do "salário dos que ganham pouco" e do desemprego. Registre-se primeiramente, em contraste com o conformismo ou a satisfação recém-assinalada quanto às questões "locais", o clima dominante de insatisfação relativamente aos problemas a que se referem tais tabelas: se excluirmos os municípios da "área rural", todas as categorias de renda familiar de todas as capitais (com a única exceção do extremo inferior de renda do Rio de Janeiro para o caso do item "custo de vida") mostram ampla maioria de respostas segundo as quais o governo,

categoricamente, não vem resolvendo aqueles problemas. Mas as tabelas propiciam outras observações de interesse.

Tabela III – Eleições de 1982: Opiniões sobre atuação do governo no combate à alta do custo de vida em relação com renda familiar e preferência partidária, por localidade

		RENDA FAMILIAR				
		1	2	3	4	5
Fortaleza	A)* % de insatisfeitos	57	60	64	75	64
	B) <i>Fi</i> (correl. c/ pref. partidária)	0,09	0,15	0,01	0,47	0,25
Recife	A) % de insatisfeitos	59	59	71	62	77
	B) <i>Fi</i>	0,22	0,32	0,28	0,34	0,12
Salvador	A) % de insatisfeitos	58	49	62	66	73
	B) <i>Fi</i>	0,21	0,24	0,36	0,28	0,40
Belo Horizonte	A) % de insatisfeitos	65	59	64	63	87
	B) <i>Fi</i>	0,11	0,61	0,21	0,52	0,11
"Área rural"	A) % de insatisfeitos	19	38	-	-	-
	B) <i>Fi</i>	0,07	-	-	-	-
Rio de Janeiro	A) % de insatisfeitos	43	59	56	65	63
	B) <i>Fi</i>	-	0,02	0,21	0,35	0,31
São Paulo	A) % de insatisfeitos	72	71	66	68	69
	B) <i>Fi</i>	-	0,00	0,10	0,25	0,07
Porto Alegre	A) % de insatisfeitos	74	70	78	67	71
	B) <i>Fi</i>	-	0,13	0,20	0,25	0,16

* A e B como na tabela II.

Em primeiro lugar, constata-se a reiterada tendência no sentido de que as frequências de insatisfeitos *cresçam* à medida que se vai dos níveis mais baixos de renda familiar aos mais altos. Apesar de ser as vezes tênue e de apresentar algumas exceções (em São Paulo, no caso de "custo de vida", e em Belo Horizonte, no de "salário"), a tendência se repete nos diversos itens e cidades de maneira a configurar um iniludível padrão. Há, porém, uma exceção especial pelo que tem de consistente. Trata-se de Porto Alegre, onde claramente o padrão *não* ocorre: aí, a correlação positiva entre

insatisfação e renda familiar que vemos nas demais cidades não apenas desaparece, como tende mesmo a inverter-se e transformar-se em correlação negativa, aumentando a insatisfação com o declínio da renda. Tais observações situam, por ambos os aspectos, problemas de interesse para a análise. Primeiro, no que concerne ao padrão de menor insatisfação entre as camadas mais pobres da população, que corrobora verificações de pesquisas anteriores: não parece haver razões “objetivas” que permitissem esperar a ocorrência desse padrão, e ele terá provavelmente que ser atribuído as condições sociopsicológicas de alheamento, desinformação e deferência, mencionadas na seção precedente, que tenderiam a ligar-se com as posições socioeconômicas menos favorecidas. Em segundo lugar, reitera-se a singularidade de Porto Alegre: tais condições sociopsicológicas estariam menos presentes aí? Se sim, por quê?

Tabela IV – Eleições de 1982: Opiniões sobre atuação do governo na solução do problema do *salário* em relação com renda familiar e preferência partidária, por localidade.

		RENDA FAMILIAR				
		1	2	3	4	5
Fortaleza	A)* % de insatisfeitos	56	72	67	68	76
	B) <i>Fi</i> (correl. c/ pref. partidária)	-0,10	-0,26	-0,16	-0,30	-0,04
Recife	A) % de insatisfeitos	57	68	71	66	84
	B) <i>Fi</i>	0,05	-	-	0,22	0,28
Salvador	A) % de insatisfeitos	67	59	71	85	75
	B) <i>Fi</i>	-	-	0,26	0,08	0,10
Belo Horizonte	A) % de insatisfeitos	76	74	73	69	72
	B) <i>Fi</i>	-	0,41	0,42	0,17	0,22
“Área rural”	A) % de insatisfeitos	17	31	-	-	-
	B) <i>Fi</i>	0,11	-	-	-	-
Rio de Janeiro	A) % de insatisfeitos	62	65	63	77	73
	B) <i>Fi</i>	-	0,12	0,10	0,12	0,37
São Paulo	A) % de insatisfeitos	72	78	77	82	84
	B) <i>Fi</i>	-	-	0,08	0,17	0,01
Porto Alegre	A) % de insatisfeitos	84	79	85	78	80
	B) <i>Fi</i>	-	0,37	0,18	0,33	0,29

* A e B como na tabela II.

Mas o anterior se articula de maneira interessante com outras verificações quanto aos dados dessas três tabelas. Assim, quando nos voltamos para a relação entre os itens de opinião em exame e as inclinações partidárias em termos de oposicionismo *versus* situacionismo (relação que se expressa nos valores do coeficiente de correlação), vemos certa tendência *geral* à ocorrência de correlações mais fortes nos níveis superiores de renda – seja a quarta ou a quinta categoria, ou ambas.

TABELA V - Eleições de 1982: Opiniões sobre atuação do governo na solução do problema do *desemprego* em relação com renda familiar e preferência partidária, por localidade

		RENDA FAMILIAR				
		1	2	3	4	5
Fortaleza	A)* % de insatisfeitos	62	69	68	68	75
	B) <i>Fi</i> (correl. c/ pref. partidária)	0,19	0,18	0,15	0,28	0,42
Recife	A) % de insatisfeitos	68	79	71	72	82
	B) <i>Fi</i>	0,09	-0,03	0,16	0,36	-0,09
Salvador	A) % de insatisfeitos	68	64	76	83	81
	B) <i>Fi</i>	0,20	0,11	0,08	0,04	0,00
Belo Horizonte	A) % de insatisfeitos	86	80	78	82	89
	B) <i>Fi</i>	0,17	0,34	0,32	0,17	0,10
"Área rural"	A) % de insatisfeitos	20	19	-	-	-
	B) <i>Fi</i>	0,12	-	-	-	-
Rio de Janeiro	A) % de insatisfeitos	71	71	71	79	82
	B) <i>Fi</i>	-	0,12	0,05	0,08	0,23
São Paulo	A) % de insatisfeitos	61	74	77	78	81
	B) <i>Fi</i>	-	0,01	0,10	0,31	0,30
Porto Alegre	A) % de insatisfeitos	84	76	78	77	70
	B) <i>Fi</i>	-	0,47	0,02	0,32	0,35

* A e B como na tabela II.

Essa tendência é especialmente nítida para o item “custo de vida”, no qual, ademais, ela mostra a particularidade de que, com algumas exceções, os valores mais altos do coeficiente aparecem na quarta categoria de renda. De qualquer forma, o padrão geral corrobora aqui também, agora com dados nacionais, algumas verificações feitas anteriormente com dados correspondentes a localidades específicas. Ele mostra que, mesmo havendo níveis em geral altos de insatisfação com respeito a determinados problemas (e ainda que se trate de problemas que parecem tocar mais de perto a sensibilidade popular, por contraste com as questões político-institucionais), tal insatisfação não se traduziria necessariamente em oposicionismo no plano do comportamento político-eleitoral. Por outras palavras, tal como no caso das questões “locais” de que falamos acima, tampouco aqui temos issues reais, em termos político-partidários, senão em muito menor medida do que usualmente se presume. A nítida tradução político-partidária das opiniões mantidas sobre as questões que agora examinamos se daria sobretudo no caso do que parece corresponder à classe

média (o que é sugerido em especial pelo padrão observado quanto a “custo de vida”) ou mesmo acima.

Há mais, porém. De um lado, o item “custo de vida” se distingue não apenas pelo aspecto assinalado (alta associação com opção partidária na quarta categoria de renda), mas também pelo fato de que as correlações com opção partidária tendem a ser visivelmente mais fortes nas cidades de Belo Horizonte para o norte do que nas demais, sendo especialmente fracas em São Paulo e Porto Alegre – isto é, precisamente nas duas cidades em que se dão as maiores frequências de *insatisfeitos* quanto ao item, em particular níveis perceptivelmente mais altos de insatisfação nas três categorias inferiores de renda familiar. Isso indicaria que “custo de vida”, além de ser um tema especialmente relevante politicamente para a classe média, tende, em contextos de maior envolvimento político geral, a ser objeto de um consenso que extravasa as fronteiras das preferências partidárias. Com efeito, quando os dados são observados de maneira mais desagregada do que a adotada nas tabelas, vê-se que, nos níveis inferiores de renda de São Paulo e Porto Alegre, mesmo os que optam pelo PDS são críticos quanto ao custo de vida e a eficácia da atuação governamental a respeito.

De outro lado, porém, em claro contraste com alguns aspectos do que se acaba de apontar, vê-se que Porto Alegre exhibe a tendência geral às mais fortes correlações, nas diferentes categorias de renda, entre a opção partidária e os outros dois itens em exame, ou seja, “salário” e “desemprego” (o valor médio do coeficiente em Porto Alegre é de 0,29 em ambos os itens, maior do que em todas as demais cidades). Por outras palavras, o fato de que tenhamos em Porto Alegre alto nível geral de insatisfação quanto a estes dois itens (que redundam mesmo, como vimos, em neutralizar ou inverter nesta cidade o padrão geral de correlação positiva entre insatisfação e renda) não impede que se dêem lá fortes correlações entre insatisfação e inclinações partidárias – ao contrário do que se passa com “custo de vida” e do que parece dar-se em São Paulo, onde as tabelas IV e V reiteram antes a tendência a baixas correlações entre estas duas variáveis que se observa na tabela III.

Acrescentemos de passagem a observação de que, de Belo Horizonte para o norte (e especialmente em Salvador e Recife), as correlações de inclinação partidária com “custo de vida” tendem a ser mais fortes do que com “salário” e “desemprego”. Em conjunto, todas essas observações

sugerem que o tema do custo de vida, como tema mais coloquial e difundido, tende a ganhar relevância político-partidária em contextos caracterizados por graus intermediários de envolvimento político geral, deixando de ser relevante na medida – ou naqueles setores ou regiões – em que sua “impregnação” do eleitorado excede determinados limites, quando tende a extravasar as fronteiras partidárias. Por contraste, a simples formulação das questões ligadas aos resultados da política econômico-social do governo em termos distintos do coloquial “custo de vida” já seria suficiente, nas condições em geral precárias de informação e envolvimento políticos, para fazer diminuir sua visibilidade e relevância – com a consequência de que o impacto das opiniões quanto a itens como “salário” e “desemprego” sobre a opção partidária requeira condições de maior envolvimento político geral, e talvez de maior “ideologização” do processo político. Isso contém, obviamente, a implicação de que Porto Alegre representa um tal contexto em maior medida (ou mais homogeneamente) do que São Paulo, donde a diversidade de padrões quanto a “salário” e “desemprego”. A semelhança do que se observa nas duas cidades quanto ao item “custo de vida” é congruente com essa interpretação se se tem em conta que São Paulo foi cenário de uma especial ênfase no tema do custo de vida através do movimento que o teve como lema e nome, o que redundaria num “excesso” de impregnação comparável ao que se obtém no contexto mais homogeneamente alerta e mobilizado de Porto Alegre.

Tomemos agora as questões de natureza político-institucional. Os itens selecionados para serem aqui apresentados são quatro, correspondendo às opiniões sobre a continuação da participação dos militares no controle do processo político brasileiro, a capacidade do “povo” para participar judiciosamente do processo eleitoral, a legitimidade do recurso a greves como forma de atuação política e o grau de controle governamental a ser exercido sobre os sindicatos. Destes, o item sobre participação política dos militares, além das razões óbvias que justificariam presumir sua relevância no quadro de um regime como o vigente até há pouco no Brasil, mostrou-se, em análises anteriores, efetiva e especialmente relevante na própria percepção dos eleitores, ademais de “típico” no que se refere aos padrões de relacionamento com variáveis “causais” como as que aqui nos interessam²¹. Tais padrões, precisamente, contrastavam, por alguns aspectos que

²¹ Ibidem, pp. 243 e seguintes.

pareciam significativos, com os relativos a itens do tipo que aqui se ilustra pelo da avaliação da capacidade política do “povo” – donde o interesse de se tomar de novo agora a este último. Já os itens relativos a greves e sindicatos singularizam-se por certas características que estaremos destacando adiante.

TABELA VI - Eleições de 1982: Opiniões sobre participação dos militares no processo político brasileiro em relação com renda familiar e preferência partidária, por localidade

		RENDA FAMILIAR				
		1	2	3	4	5
Fortaleza	A)* % pela permanência	44	49	54	47	29
	B) Fi (correl. c/ pref. partidária)	0,18	0,31	0,34	0,14	0,30
Recife	A) % pela permanência	42	43	39	38	36
	B) Fi	0,10	0,43	0,18	0,46	0,29
Salvador	A) % pela permanência	55	66	38	45	35
	B) Fi	0,05	0,07	0,01	0,07	0,04
Belo Horizonte	A) % pela permanência	38	48	46	38	23
	B) Fi	0,45	0,24	0,12	0,40	0,08
“Área rural”	A) % pela permanência	75	81	-	-	-
	B) Fi	0,05	-	-	-	-
Rio de Janeiro	A) % pela permanência	76	57	47	42	34
	B) Fi	-	0,03	0,23	0,38	0,28
São Paulo	A) % pela permanência	67	43	46	46	30
	B) Fi	-	0,01	0,15	0,27	0,29
Porto Alegre	A) % pela permanência	26	40	45	39	31
	B) Fi	-	0,31	0,03	0,44	0,28

*A = Porcentagens favoráveis à permanência dos militares no governo entre os entrevistados que manifestam preferência por algum partido. Sublinham-se os números correspondentes aos casos em que a porcentagem favorável à permanência está, na respectiva categoria de renda, em *minoría* perante a porcentagem favorável ao afastamento dos militares.
Em B, o sinal positivo do coeficiente indica que “oposicionismo” cresce com o crescimento de opiniões favoráveis ao afastamento dos militares.

Comecemos pela tabela VI, onde as opiniões sobre a participação dos militares são mostradas em suas relações com a identificação partidária e a renda familiar nas diferentes cidades. Constata-se, inicialmente, algo que poderia parecer surpreendente tratando-se de dados provenientes de capitais que não apenas são conhecidas por sua inclinação oposicionista (evidenciada acima na tabela I), mas deram efetivamente seus votos majoritariamente à oposição por ocasião das eleições de 1982, quando os dados foram coletados: referimo-nos à alta incidência de opiniões favoráveis à *permanência* dos militares. Com efeito, em 5 das 7 capitais (para não falar dos municípios da “área rural”) as opiniões favoráveis à

permanência dos militares são mais frequentes do que as favoráveis ao seu afastamento na maioria das categorias de renda familiar – e em São Paulo (nada menos!) é preciso ir à categoria *mais alta* de renda para encontrar os que são pela permanência em minoria perante os que desejam o afastamento. Tal verificação é, por si só, altamente sugestiva do ponto de vista da problemática das relações entre ideologia, *issues* e opção ou identificação partidária que provê o marco de referência para nossa análise. Ela se ajusta, como quer que seja, a observações feitas em análises anteriores, onde a opinião contrária à participação dos militares no processo político se mostra também minoritária, tendendo a crescer nos estratos socioeconômicos mais altos²². Este último aspecto encontra igualmente corroboração nos números da tabela VI, notando-se clara tendência geral a decrescerem as frequências de opiniões favoráveis à permanência do controle político pelos militares à medida que se sobe nos níveis de renda.

Duas outras observações se destacam ainda com relação à tabela VI. A primeira tem a ver com os padrões de correlação das opiniões sobre a participação política dos militares com a identificação partidária, expressos, como nas tabelas anteriores, em valores do coeficiente *fi*. Vê-se, de novo, que as mais fortes correlações tendem a dar-se nas categorias mais altas de renda familiar, especialmente na quarta categoria. Assim, a forma global dos dados sobre a participação política dos militares – forma esta que é bastante típica dos itens político-institucionais em geral – indica não somente que o clima de opinião nas diversas capitais tende a ser mais crítico do *status quo* nos estratos socioeconômicos mais elevados, mas também que é aí que as opiniões mantidas face ao problema tenderão provavelmente a traduzir-se em opção partidária “correspondente” em termos de inclinações oposicionistas ou governistas. Por ambos os aspectos, essa forma reitera o que deparamos acima como tendências dominantes no caso das questões de política econômico-social.

A segunda observação diz respeito à peculiaridade que parece necessário assinalar relativamente a duas de nossas sete capitais: Recife e – ainda uma vez – Porto Alegre. Com efeito, Recife se destaca, por um lado, pelas proporções comparativamente constantes e baixas de opiniões pró-militares nas várias categorias de renda: vê-se que lá, diferentemente da maior parte das outras cidades, tais opiniões são minoritárias perante as

²² Id., ib.

opiniões antimilitares em 4 das 5 categorias de renda. Por outro lado, a observação global do nível dos coeficientes de correlação sugere que haja também, em Recife, a tendência a um peso especialmente pronunciado das disposições pró ou antimilitares em conexão com as lealdades ou inclinações partidárias. Porto Alegre, por sua vez, além de ser uma das exceções quanto ao padrão geral de correlação negativa entre “pró-militarismo” e renda familiar, é também a *única* cidade onde a opinião contra a permanência dos militares é substancialmente majoritária desde o nível mais baixo de renda e em *todos* eles. Dada a feição geral dos dados aqui discutidos, é se levado a pensar que os casos de Recife e Porto Alegre difiram entre si: enquanto o “antimilitarismo” de Recife e sua especial ressonância político-partidária provavelmente se deveriam a fatores também especiais que seria necessário explorar, o “antimilitarismo” de Porto Alegre pareceria articular-se num quadro geral de oposicionismo mais consistentemente ideológico”. Contudo, seria preciso ter em conta algo que os dados compactos da tabela VI não revelam: em Porto Alegre, o “pró-militarismo” *entre os pedetistas* é também maior nos níveis inferiores de renda do que nos superiores (ou seja, dá-se o mesmo padrão geral de correlação negativa), enquanto as proporções correspondentes para os peemedebistas mostram um grau médio de “pró-militarismo” aproximadamente constante nos diversos níveis de renda.

Já o item correspondente à avaliação da qualificação do “povo” para votar, ao qual se referem os números da tabela VII, situa, por certo aspecto, um problema de particular interesse e algo intrincado. Algumas análises de dados anteriores haviam indicado com bastante clareza que as opiniões quanto a este item, em conjunto com outros (em particular a preferência pelo voto direto ou indireto e as opiniões quanto ao voto dos analfabetos) que implicitamente também envolvem a avaliação da capacidade política dos setores populares, tendem a distribuir-se pela estrutura social de maneira que contrasta com o padrão dominante em questões de outra natureza²³. Tal padrão dominante é o que aqui já se evidenciou de forma bastante reiterada: a tendência a crescerem os níveis de insatisfação, ou as frequências de opiniões de alguma forma críticas com respeito às condições vigentes no país, à medida que se sobe na escala socioeconômica, aqui expressa nas categorias de renda familiar. Ora, dado que o regime de 1964

²³ Id., pp. 245-46.

tendia nitidamente a ver com suspeita a plena participação política dos setores populares e a caracterizar-se por uma postura restritiva diante dela, pareceria razoável, pelo menos de certo ângulo, esperar que as avaliações quanto a este aspecto viessem a exibir a mesma forma de relacionamento com as posições socioeconômicas que se revela nesse padrão dominante – a saber, o crescimento das avaliações positivas da capacidade política do povo com o crescimento dos níveis de renda. No entanto, tal como indicavam os resultados de análises anteriores, os dados presentes mostram de maneira inequívoca justamente o oposto, ou seja, a acentuada *diminuição* das avaliações positivas à medida que se sobe nos níveis de renda.

Tabela VII – Eleições de 1982: Opiniões sobre *capacidade do “povo” para votar* em relação com renda familiar e preferência partidária, por localidade

		RENDA FAMILIAR				
		1	2	3	4	5
Fortaleza	A)* % “sabe votar”	52	36	31	25	18
	B) <i>Fi</i> (correl. c/ pref. partidária)	- 0,17	0,02	0,13	0,21	0,05
Recife	A) % “sabe votar”	59	51	33	28	27
	B) <i>Fi</i>	- 0,11	- 0,10	- 0,15	- 0,04	- 0,04
Salvador	A) % “sabe votar”	60	61	50	33	35
	B) <i>Fi</i>	0,03	0,03	0,09	- 0,07	0,09
Belo Horizonte	A) % “sabe votar”	48	42	45	32	26
	B) <i>Fi</i>	- 0,09	0,11	- 0,12	- 0,08	0,28
“Área rural”	A) % “sabe votar”	80	69	-	-	-
	B) <i>Fi</i>	0,05	-	-	-	-
Rio de Janeiro	A) % “sabe votar”	71	57	46	38	28
	B) <i>Fi</i>	- 0,08	- 0,08	0,04	0,07	0,25
São Paulo	A) % “sabe votar”	61	41	42	37	32
	B) <i>Fi</i>	- 0,02	0,08	- 0,02	0,16	- 0,02
Porto Alegre	A) % “sabe votar”	47	49	42	36	22
	B) <i>Fi</i>	- 0,02	0,03	- 0,02	0,02	0,31
<p>* A = Porcentagens que opinam que o “povo” sabe votar entre os entrevistados que manifestam preferência por algum partido.</p> <p>Em B, o sinal positivo do coeficiente indica que “oposicionismo” cresce com o crescimento de opiniões que avaliam favoravelmente a capacidade política do “povo”.</p>						

Que significado atribuir a essa constatação? Algo a ser tido em conta é o aspecto de que, entre os estratos socioeconômicos menos favorecidos,

tomar posição sobre uma questão como esta importa provavelmente, na percepção dos próprios entrevistados, em *falar de si mesmo*, diferentemente da maneira pela qual a questão tenderá a ser entendida entre os estratos mais favorecidos. Assim, além de haver um sentido bastante claro em que o item pode ser assimilado à esfera do “próximo” ou “familiar” (por contraposição ao caráter “remoto” e complexo de muitas das questões de outra natureza), a avaliação positiva é, dentre os setores populares, uma expressão de autoconfiança ou autoestima, e é talvez natural, a esta luz, que se dê o padrão encontrado na tabela VII. Mesmo se se parte daí, contudo, continua de pé o problema do significado a ser atribuído àquele padrão no sentido politicamente relevante que aqui nos importa: teríamos nele a evidência de algo que se contrapõe, ainda que de maneira incipiente ou rudimentar, aos traços de alheamento, deferência e tendência ao conformismo que parecem marcar amplas parcelas dos setores populares do eleitorado ou, ao contrário, caberia vê-lo antes como a simples projeção ingênua e desinformada da situação de maior ou menor marginalidade socioeconômica, intelectual e político-ideológica característica de tais parcelas?

Nossas próprias análises dos dados de Juiz de Fora em 1976 se inclinavam pela primeira alternativa, com base não só na forma encontrada das relações com posição socioeconômica, mas também no fato de que correlações relativamente expressivas entre os itens desse tipo e a opção partidária – por comparação com as geralmente encontradas nos demais itens – tendiam a dar-se nos estratos inferiores de renda. Os dados agora examinados, porém, impõem reservas a essa interpretação, por duas razões. De um lado, vê-se que tende a ser nula, em geral, a correlação entre as opiniões sobre a capacidade popular e o caráter oposicionista ou situacionista das simpatias partidárias – o que se dá também nas categorias inferiores de renda familiar, diferentemente do que se deveria prever se se pretendesse atribuir um significado pelo menos tendencialmente inconformista, do ponto de vista político, à alta incidência de avaliações positivas naquelas categorias. De outro lado, algo muito sugestivo se observa nos números correspondentes aos municípios da “área rural”.

Os entrevistados desses municípios pertencem, em sua quase totalidade, aos estratos inferiores de renda. Ora, vê-se que, enquanto suas opiniões e inclinações quanto às diversas questões a que se referem tanto as

tabelas já examinadas como as que estaremos examinando adiante se situam inequivocamente no pólo de maior conformismo e conservadorismo, é precisamente entre eles que encontramos as *maiores* incidências de avaliações positivas da capacidade política popular. Isso sugere fortemente que tais avaliações, ao invés de se contraporem à síndrome de deferência e conservadorismo ligada às posições mais “marginais” do sistema sociopolítico global (nos termos da teoria da “centralidade”), na verdade são parte integrante dessa síndrome. Tal interpretação (que seria reforçada, nos dados da tabela VII, pela tênue evidência no sentido de se afirmarem tendências opostas às dos municípios rurais no que vai aqui emergindo como o caso polar de Porto Alegre) se mostra certamente mais plausível do que uma concebível interpretação alternativa: a de que teríamos no pólo “rural” das localidades estudadas um caso especialmente marcado de “esquizofrenia” político-ideológica.

Finalmente, dois outros itens “político-institucionais”, a que se referem os dados das tabelas VIII e IX, apresentam características especiais. Trata-se dos itens correspondentes as opiniões quanto ao controle governamental a ser exercido sobre os sindicatos e quanto à legitimidade das greves como forma de atuação política. Com efeito, observa-se que esses itens, por contraste com os demais, aludem diretamente a instrumentos e formas de ação política (podendo ser vistos, por este aspecto, como uma espécie de medida de disposição à militância política), além de conterem alusão implícita a classes sociais nas ressonâncias que provavelmente tenderão a evocar num contexto como o nosso. Eles têm, portanto, particular interesse do ponto de vista de certas dimensões do tema geral da ideologia política.

Tabela VIII – Eleições de 1982: Opiniões sobre controle governamental a ser exercido sobre os *sindicatos* em relação com renda familiar e preferência partidária, por localidade

		RENDA FAMILIAR				
		1	2	3	4	5
Fortaleza	A)* % “mais controle”	36	41	33	33	8
	B) <i>Fi</i> (correl. c/ pref. partidária)	0,00	0,11	0,38	0,44	0,04
	C) % “não sei”	43	36	36	25	22
Recife	A) % “mais controle”	36	30	32	28	9
	B) <i>Fi</i>	0,13	0,15	0,27	0,01	0,18
	C) % “não sei”	33	33	26	26	16
Salvador	A) % “mais controle”	32	30	23	7	10
	B) <i>Fi</i>	-	0,05	0,02	0,19	0,41
	C) % “não sei”	0,18	41	40	32	25
Belo Horizonte	A) % “mais controle”	20	20	13	16	18
	B) <i>Fi</i>	0,15	0,13	0,17	0,43	0,15
	C) % “não sei”	39	37	43	29	22
“Área rural”	A) % “mais controle”	73	69	-	-	-
	B) <i>Fi</i>	0,00	-	-	-	-
	C) % “não sei”	7	13	-	-	-
Rio de Janeiro	A) % “mais controle”	29	35	31	18	13
	B) <i>Fi</i>	-	-	0,00	0,26	0,10
	C) % “não sei”	43	0,07	38	28	23
São Paulo	A) % “mais controle”	22	26	23	17	12
	B) <i>Fi</i>	-	0,07	0,06	0,52	0,41
	C) % “não sei”	50	57	40	34	22
Porto Alegre	A) % “mais controle”	5	28	16	18	11
	B) <i>Fi</i>	-	0,09	0,29	0,27	0,39
	C) % “não sei”	42	32	37	28	24

* A = Porcentagens que desejam “mais” ou “muito mais” controle governamental sobre os sindicatos entre os entrevistados que manifestam preferência por algum partido.

Em B, o sinal positivo do coeficiente indica que “oposicionismo” cresce com o crescimento de opiniões contrárias ao controle.

C = Porcentagens que declaram não saber se há ou não há controle dos sindicatos pelo governo ou se deve haver maior ou menor controle.

De início, cabe destacar uma observação especial que os dados a respeito permitem. No questionário utilizado, a principal pergunta relativa ao controle governamental sobre os sindicatos, na qual se indagava do entrevistado sua preferência quanto ao grau de controle que “o governo” deveria exercer sobre os sindicatos (maior ou menor que o atual ou o mesmo), era precedida por outra em que se solicitava sua opinião sobre se, na atualidade, o governo controla ou não controla os sindicatos, questão esta formulada como tema polêmico em que uns dizem que sim, outros que não. Se se agregam as porcentagens de respostas “não sei” a ambas as perguntas (o que se justifica pelo fato de a pergunta sobre a preferência pessoal não se aplicar aos que respondiam “não sei” à anterior), vemos – como revela, na tabela VIII, a fileira C para cada uma das diferentes localidades – que a frequência de tais respostas tende a ser bastante alta, com o padrão geral de diminuição à medida que se sobe nos níveis de renda familiar. Mas há um pormenor intrigante, nessa tabela, relativamente às respostas “não sei”: sendo em geral altas as porcentagens correspondentes nos níveis inferiores de renda das diversas capitais, elas são especialmente altas no caso de São Paulo – enquanto são baixíssimas nos municípios da “área rural” (onde cedem espaço às proporções altíssimas dos que afirmam positivamente a necessidade de controle). Isso indica que talvez haja mais de um tipo de resposta “não sei”: além de ser a resposta do indivíduo alheio e desinformado, pode ser também, em alguma medida, o resultado de certa perplexidade produzida pela exposição direta a um ativismo sindical novo em sua intensidade e características, bem como às reações ao fenômeno ocorridas seja por parte do governo, seja no plano da disputa entre agremiações partidárias. Esta segunda linha interpretativa se ajustaria, obviamente, ao caso de São Paulo, e certas observações a serem assinaladas a propósito das opiniões sobre greves parecem corroborá-las.

Tabela IX – Eleições de 1982: Opiniões sobre greves como forma de atuação política em relação com renda familiar e preferência partidária, por localidade

		RENDA FAMILIAR				
		1	2	3	4	5
Fortaleza	A) % a favor de greves	56	52	56	65	60
	B) <i>Fi</i> (Correl. c/ pref. partidária)	0,14	0,08	0,19	0,37	0,19
Recife	A) % a favor de greves	51	52	56	45	71
	B) <i>Fi</i>	0,18	0,23	0,11	0,13	0,39
Salvador	A) % a favor de greves	42	39	46	68	51
	B) <i>Fi</i>	0,25	0,03	0,13	0,22	0,28
Belo Horizonte	A) % a favor de greves	42	35	44	38	60
	B) <i>Fi</i>	0,33	0,19	0,21	0,33	0,12
“Área rural”	A) % a favor de greves	12	19	-	-	-
	B) <i>Fi</i>	0,08	-	-	-	-
Rio de Janeiro	A) % a favor de greves	33	46	50	57	58
	B) <i>Fi</i>	-	0,08	0,19	0,05	0,35
São Paulo	A) % a favor de greves	34	40	44	46	64
	B) <i>Fi</i>	-	-	0,06	0,11	0,36
Porto Alegre	A) % a favor de greves	53	53	48	52	54
	B) <i>Fi</i>	-	0,09	0,31	0,17	0,11
* A = Porcentagens que se declaram a favor de greves com forma de atuação política.						
Em B, o sinal positivo indica que “oposicionismo” cresce com o crescimento de opiniões a favor das greves.						

Antes, porém, algumas observações adicionais a respeito dos dados sobre o item “controle dos sindicatos”. Basicamente, a de que eles reiteram em aspectos cruciais – apesar da aparente peculiaridade do item – o padrão dominante até aqui destacado: (a) as opiniões favoráveis a *maior* controle (cujo sentido conservador dificilmente poderia ser negado) tendem a *aumentar* à medida que descemos nos níveis de renda familiar, compondo-se com as proporções de “não sei” para formar nos níveis inferiores grandes maiorias que, à luz do modelo da consciência de classe, não poderiam ser qualificadas senão como de alguma forma “deficientes”; e (b) as

correlações entre as opiniões sobre o controle dos sindicatos e o oposicionismo ou situacionismo das simpatias partidárias tendem a dar-se mais nitidamente apenas nos níveis mais *altos* de renda. Contudo, assinala-se também que as maiorias recém-mencionadas tendem a ser perceptivelmente menores, no que se refere aos níveis mais baixos de renda, em duas cidades: Belo Horizonte e... Porto Alegre.

Já o item relativo a greves como forma de atuação política, apesar de não se ter usado aqui uma pergunta “filtro”, parece situar-se num nível de menor complexidade e maior acessibilidade do que o item “controle dos sindicatos” do ponto de vista da percepção dos eleitores e das informações de que dispõem: as respostas de tipo “não sei” não chegam a merecer destaque, embora a pergunta correspondente do questionário utilizado também introduzisse o assunto como objeto de polêmica. O interesse do item aumenta, assim, pela conjugação dessa “visibilidade” aparentemente maior com as razões teóricas acima indicadas. Como quer que seja, ele mostra formas algo complexas de relacionamento com as demais variáveis a que temos recorrido em nossa análise. Se observamos os números da tabela IX, vemos, em primeiro lugar, que as frequências dos que *concordam* (“complemente” ou “em parte”, na formulação dada à pergunta) com o recurso a greves como forma de atuação política são relativamente altas em confronto com as disposições antes restritivas manifestadas pelos entrevistados face à questão do controle dos sindicatos. Os padrões que se podem apontar nas distribuições de tais frequências, porém, já começam a revelar a complexidade mencionada.

Primeiro, há, em cada uma das diversas capitais exceto Rio e São Paulo, uma relativa *constância* das proporções de respostas favoráveis às greves nas diferentes categorias de renda familiar. Essa constância é especialmente marcada em Porto Alegre, o que se poderia pretender ver como um indício a mais da singularidade desta cidade. Nos demais casos (Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte), ela se associa com *alguma* tendência no sentido do reiterado padrão de predomínio de posturas críticas ou de insatisfação e inconformismo nos níveis socioeconômicos superiores: vê-se que a proporção mais alta de opiniões pró-greves se dão seja na quarta ou na quinta categoria de renda. As exceções representadas por Rio e São Paulo *reforçam* (ao invés de atenuar, como seria talvez de esperar) a indicação contida neste último aspecto, mostrando com nitidez a tendência

ao crescimento linear das proporções pró-greves com o aumento dos níveis de renda. Assim, o padrão dominante que temos assinalado se daria também no que se refere ao componente “ativista” ou “militante” da “síndrome” corrente de inconformismo político – o que, na medida em que o desiderato de um sindicalismo não controlado pelo estado possa ser visto como envolvendo o mesmo componente, já estaria indicado com maior clareza nas observações permitidas pela tabela anterior.

Quando nos voltamos para as correlações entre as opiniões sobre greves e as opções partidárias, vemos que se corrobora igualmente a tendência geral à ocorrência de correlações mais fortes nos níveis superiores de renda familiar – seja a quarta ou, especialmente, a quinta categoria de renda. Mas algo mais pode ser observado: embora não seja, digamos, dramaticamente evidente, é perceptível que os valores do coeficiente de correlação encontrados em Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte tendem a situar-se num nível em geral mais alto do que os de Rio, São Paulo e Porto Alegre. Ora, estas três cidades, que também se diferenciam das primeiras nos aspectos destacados no parágrafo anterior, são precisamente aquelas em que a reformulação partidária teve maiores consequências, possibilitando o surgimento e a penetração mais significativa de novos partidos e tornando mais complicadas as linhas partidário-ideológicas de disputa. É de se presumir, portanto, que nestes casos o cálculo do coeficiente de correlação através do recurso ao simples contraste entre “oposicionismo” e “governismo” das simpatias partidárias dissimule matizes importantes.

De fato, vários aspectos merecem menção quando os dados apresentados de maneira compacta na tabela IX são observados em maior minúcia. Eles tem a ver, em particular, com a tendência mais ou menos acentuada à *polarização* das respostas sobre as greves como recurso político ao redor das opiniões extremas previstas no questionário utilizado (“concorda completamente” ou “discorda completamente”, por contraposição às opiniões mais moderadas correspondentes a concordância ou discordância “parcial” e à posição intermediária de “indiferença”), bem como com as formas de sua distribuição seja pelas diversas categorias de renda, seja no interior dos diferentes partidos. Assim, observa-se a ocorrência de um padrão bastante claro de correlação *negativa* entre o nível de renda familiar e a polarização de opiniões (isto é, um padrão de

diminuição da polarização com o crescimento da renda) nas cidades de Fortaleza, Recife e Belo Horizonte. Porto Alegre revela o mesmo padrão, com a particularidade, porém, de que, apesar de a polarização tender a diminuir com a renda crescente, ela é alta em todos os níveis de renda: as opiniões extremas são *sempre* as modais, havendo, por exemplo, na categoria inferior de renda, 47 por cento das respostas em completa concordância, contra nada menos de 42 por cento em completa discordância. Uma variação mais ou menos clara relativamente a esse padrão se tem no Rio de Janeiro e especialmente em Salvador, com o predomínio da tendência a *discordar fortemente* nos níveis inferiores de renda familiar (categorias 1 e 2), que se substitui pela tendência a *concordar* (parcial ou completamente) sobretudo na quarta categoria e pela tendência à *dispersão* das opiniões na categoria superior de renda.

Por certo, com o Rio de Janeiro já se trata de um dos casos em que a estrutura partidária mais complexa provavelmente interfere com a estrutura das opiniões. Com efeito, o exame das opiniões por partido mostra que, nesta cidade, os adeptos do PMDB tendem a apresentar opiniões mais polarizadas nos níveis médio e alto de renda, enquanto os pedetistas são mais homoganeamente a favor à medida que aumenta a renda. Além disso, ao passo que a conjugação entre a opção pelo PMDB e as opiniões em favor das greves ocorre em alguma medida nos níveis mais baixos de renda, no caso da opção pelo PDT ela aparece nos níveis mais *altos*. Tais observações sugerem que a opção pedetista adquire um conteúdo ideológico apenas nas camadas socioeconômicas favorecidas. Destaque-se, porém, que isso contrasta claramente com o que se dá em Porto Alegre, onde se verifica que a alta polarização de opiniões que acima dissemos ocorrer em todos os níveis de renda familiar disfarça um padrão segundo o qual o PDT tende a ser fortemente a favor das greves nos estratos inferiores de renda e a transitar gradualmente para fortemente *contra* nos estratos superiores, enquanto o oposto, embora menos nitidamente, ocorre com o PMDB – apesar de este “último ser globalmente mais “grevista” do que aquele.

É no caso de São Paulo, contudo, que o exame dos dados por partido será talvez mais instrutivo, tendo em vista, de um lado, o surgimento do PT precisamente em torno de movimentos sindicais e grevistas, bem como a imagem especial que o partido tende a adquirir em função disso, e, de outro lado, a acesa disputa que veio a se estabelecer entre os partidários de PT e

PMDB por ocasião das eleições. Vê-se, em consonância com o que pode haver de aparentemente surpreendente no fato de ocorrerem de maneira tão nítida em São Paulo os padrões acima destacados, que, nos níveis inferiores de renda familiar, *mesmo os adeptos do PT* revelam alto grau de polarização de opiniões sobre a legitimidade das greves como recurso político: na segunda categoria de renda, por exemplo (para tomar uma categoria em que o número total de entrevistados é mais expressivo do que no extremo inferior), nada menos de 36 por cento dos petistas *discordam completamente* do recurso às greves, contra 43 por cento que concordam completamente – e a concordância plena cresce, como seria de esperar de acordo com o padrão geral, nos níveis mais altos. Já os adeptos do PMDB não só se mostram altamente polarizados quanto às opiniões sobre as greves nos níveis inferiores de renda, como na verdade exibem o *predomínio* das proporções dos que se declaram *completamente contra* desde a segunda até a quarta categoria de renda: 52 por cento na segunda, 42 por cento na terceira e 41 por cento na quarta: Parece claro que a disputa entre os dois partidos nas circunstâncias específicas do contexto paulista terá tido importância em condicionar pelo menos alguns aspectos dessas constatações, fazendo da greve uma forma de ação mais identificada com o PT. Isso não impede, porém, a marcante atuação de mecanismos sociopsicológicos desfavoráveis à militância mais aguerrida mesmo entre os petistas dos estratos socioeconômicos mais baixos.

IV

Antes de passar à tentativa de sintetizar as observações permitidas pelos dados e às conclusões de nossa análise, detenhamo-nos para considerar um aspecto particularmente importante da temática geral de que aqui se trata. Referimo-nos ao aspecto especificamente *cognitivo* das imagens e opiniões políticas e à relevância deste aspecto no que diz respeito a algumas das mais reiteradas constatações apresentadas acima. Uma suposição central da articulação anteriormente proposta entre o modelo da centralidade e o da consciência de classe é a de que a operação deste último se vincula com o alargamento do horizonte intelectual e o acesso mais rico a informações de natureza variada que acabam sendo politicamente pertinentes. Tais conquistas, que correspondem a parte importante da própria definição da dimensão “subjativa” da noção de centralidade, seriam

facultadas pelas condições *objetivas* favoráveis que se ligam às posições mais centrais do sistema sociopolítico.

De outro lado, se se avalia o interesse da questão das informações de que dispõe o eleitorado do ponto de vista das verificações de análises anteriores, dois pontos relacionados merecem destaque. Em primeiro lugar, a constatação, já mais de uma vez indicada acima, do alto nível de desinformação que caracteriza amplas parcelas do eleitorado, sobretudo a medida que se desce nos estratos socioeconômicos. Apesar de haver variações segundo a natureza dos temas envolvidos, tal desinformação tende a ser especialmente marcada no que se refere a assuntos propriamente políticos²⁴. Em segundo lugar, a questão dos efeitos dessa constatação sobre a maneira de se relacionarem os eleitores com os partidos, ou sobre a *natureza das identificações partidárias*, o que provê uma via especialmente direta de acesso ao problema das relações entre *issue-orientation* (que, como vimos, supõe inevitavelmente informação), ideologia e identidade – ou seja, o problema básico que aqui tomamos como ponto de partida e referência mais ampla.

Algo que emerge com grande clareza de análises anteriores quanto ao último ponto (natureza das identificações partidárias) é a sugestão de que a simpatia por determinado partido, ou a identificação com ele, tende a originar-se em imagens difusas e a desfrutar de precedência sobre a percepção da posição do partido diante deste ou daquele problema específico, bem como sobre a percepção da correspondência que tal posição possa ter com aquela eventualmente mantida pelo próprio eleitor. Ambas essas percepções podem chegar ou não a ocorrer, e a riqueza do acesso a informações politicamente relevantes seria a variável decisiva para que efetivamente ocorram. Independentemente de sua ocorrência, porém, e em qualquer caso com precedência sobre ela, a simpatia partidária se estabelecerá com base na estruturação do universo político empreendida através da referência a grandes linhas de clivagem muitas vezes definidas de maneira bastante tosca – tanto mais quanto menores ou mais precárias sejam a informação disponível e a sofisticação intelectual geral. Isso não

²⁴ Alguns dados a respeito dos graus diferentes de informação com que conta o eleitorado sobre itens de natureza diversa podem ser encontrados em Fábio W. Reis “As Eleições e Minas Gerais”, em B. Lamounier e F. H. Cardoso (orgs.), *Os Partidos e as Eleições no Brasil*.

impediria a transformação das simpatias partidárias em identificações partidárias estáveis. Caberia mesmo ver aí antes um fator de estabilidade das identificações (ou *identidades*) partidárias, qualquer que seja a medida de “erro” ou “acerto” das opções partidárias definidas inicialmente a partir de graus diferenciais de acesso a informação e de refinamento intelectual²⁵.

As circunstâncias em que se realiza a presente análise dos dados de 1982 não nos permitem, a rigor, *testar* tais sugestões através da manipulação do conjunto dos dados das diversas localidades²⁶. . Por outro lado, o papel cumprido pelo fator intelectual ou cognitivo na conformação de alguns dos principais padrões observados parece bastante claro independentemente desse teste rigoroso ao nível nacional. Não obstante, diante da relevância do aspecto cognitivo, parece oportuno introduzir brevemente aqui a observação de dois conjuntos de dados referidos especificamente a Belo Horizonte nos quais se têm indicações interessantes quanto à maneira pela qual a informação sobre assuntos políticos se articula na cadeia causal tanto “para trás”, com a posição socioeconômica, como “para a frente”, com as imagens e identificações partidárias.

O primeiro conjunto refere-se a um índice de informação sociopolítica aplicado a uma amostra da população belo-horizontina em *survey* realizado por ocasião das eleições de 1978. Dado o fato de que já se observara anteriormente a grande variação no grau geral de visibilidade de itens diversos de acordo com sua natureza mais estritamente política ou mais ligada a problemas de política econômico-social (o que é a ponderação decisiva por detrás de nossa preocupação de observar os correlatos das percepções e opiniões sobre problemas de tipos diferentes), esse índice combinava cinco itens, sendo três “políticos” e dois de política econômico-social.²⁷ Nosso objetivo a respeito é apenas evidenciar, por meio de uma

²⁵ Veja-se F. W. Reis, “Classe Social e Opção Partidária”, pp. 259-77. A alusão a “erro” ou “acerto” das opções partidárias diz respeito ao fato de que, entre os eleitores de reduzida informação, encontra-se com frequência, por exemplo, a atribuição à ARENA de posições que corresponderiam antes ao MDB no que se refere a problemas específicos.

²⁶ Por razões várias, o questionário elaborado em 1982 para aplicação nas diversas localidades pesquisadas terminou por não contar com medidas adequadas de informação.

²⁷ Especificamente, indagava-se se o entrevistado sabia o que eram o MOBREAL, o FGTS, o Ato Institucional n.º 5, “eleição direta” e quem era “o futuro presidente do Brasil, eleito no dia 15 de outubro passado”. Atribuindo-se um ponto a cada resposta certa e zero a cada resposta errada, os valores totais obtidos pelos entrevistados variavam de 0 a 5, sendo

“medida” relativamente refinada, a correlação extraordinariamente clara existente entre informação sociopolítica geral e posição socioeconômica, o que fornecerá base mais sólida a observações a serem feitas em seguida com recurso a um indicador mais tosco, além de colocar talvez em perspectiva mais adequada muitos dos padrões aqui ressaltados. Tal correlação pode ser apreciada nos dados da tabela X, onde a posição socioeconômica é tomada também em termos de níveis de renda familiar.

TABELA X - Belo Horizonte, 1978: Informação sociopolítica por níveis de renda familiar (%)

		RENDA FAMILIAR			
		Até 5000	+ 5000 a 10000	+ 10000 a 20000	+ 20000
INFORMAÇÃO*	Baixa	59	31	15	9
	Média	31	45	36	27
	Alta	10	24	49	64
	(N)	(203)	(173)	(138)	(126)

*Ver nota 27 para explicações.

Apesar de não se dispor de medida análoga no questionário de 1982, a distribuição então obtida em Belo Horizonte das respostas a uma pergunta em que os entrevistados eram convidados a citar os partidos políticos que “lembravam” existir no Brasil naquele momento mostra que temos nela um bom indicador de informação política. Assim, enquanto as proporções de entrevistados capazes de citar espontaneamente seja o PDS, o PMDB ou o PT se situam aproximadamente num mesmo patamar (alcançando respectivamente 70, 76 e 69 por cento), a proporção cai para 48 por cento no caso do PDT e para 19 por cento no caso do PTB. Tomando como categorias de informação crescente as dos que (1) não são capazes de citar qualquer partido, (2) citam o PMDB, (3) citam o PDT e (4) citam o PTB, pode-se observar na tabela XI a clara correlação das respostas com a renda familiar dos entrevistados. Cabe presumir, assim, que em Belo Horizonte, na conjuntura política de fins de 1982, o simples fato de se chegar a ter condições de citar espontaneamente o PDT e o PTB, além dos demais partidos, requeria a ultrapassagem de níveis mais ou menos claros de envolvimento em assuntos políticos que contava com probabilidades

posteriormente tricotomizados em informação “baixa”, “média” e “alta” de acordo com a distribuição geral deles.

bastante diversas de chegar a efetivar-se nos diferentes estratos socioeconômicos – sendo, para o PTB, três vezes maior na categoria de renda familiar de mais de 7 salários mínimos do que na de até dois salários mínimos, enquanto a probabilidade de não se ter conhecimento de qualquer dos partidos (pelo menos no sentido de não se ter condições de citar espontaneamente qualquer deles pelo nome ou pela sigla) era cerca de 17 vezes maior nesta categoria do que naquela.

TABELA XI - Belo Horizonte, 1982: Informação sobre os partidos políticos existentes por níveis de renda familiar (%)

INFORMAÇÃO S/ PARTIDOS*	RENDA FAMILIAR			
	Até 2 sal. mínimos	+ 2 a 4 sal. mínimos	+ 4 a 7 sal. mínimos	+ 7 sal. mínimos
1. Baixa	34	15	10	2
2. Média inferior	33	31	24	27
3. Média superior	21	34	41	35
4. Alta	12	19	25	36
(N)	(194)	(105)	(71)	(66)

* 1 = Incapazes de citar qualquer partido

2 = Capazes de citar PMDB

3 = Capazes de citar PDT

4 = Capazes de citar PTB

Pois bem. Uma bateria de perguntas do questionário utilizado procurava apreender as imagens partidárias porventura existentes junto aos eleitores através do convite aos mesmos para que atribuísem notas aos partidos em diferentes respeitos: sua “competência”, sua atuação no “combate à corrupção”, sua característica mais ou menos “demagógica” ou consistente como partido “oposicionista” e sua postura na “defesa dos trabalhadores”. Destes aspectos, observa-se que o último faz menção expressa a algo que análises anteriores haviam mostrado corresponder à dimensão talvez decisiva das imagens dos partidos, ou seja, a percepção da posição em que eles se situam em termos de antinomias tais como as que se estabelecem na consciência popular entre a elite ou os “ricos”, de um lado, e os “pobres”, o “povo” ou os “trabalhadores”, de outro – termos estes adotados espontaneamente, por exemplo, pelos eleitores belo-horizontinos para caracterizar a ARENA e o MDB em pesquisa realizada já em 1974. Pareceria, assim, que o item “defesa dos trabalhadores” se singulariza por aludir de maneira direta precisamente às linhas de clivagem antes mencionadas. Ora, enquanto os dados referentes aos demais aspectos não mostram maior interesse, o exame dos dados relativos à “defesa dos trabalhadores”, ao contrário, revela alguns claros padrões, os quais

reforçam a interpretação indicada dos mecanismos associados às identificações partidárias.

Tais dados se encontram na tabela XII, onde se exibem as correlações entre as notas atribuídas no item “defesa dos trabalhadores” aos três partidos de alguma presença em Belo Horizonte, de um lado, e a opção partidária dos entrevistados, de outro, simultaneamente nos diversos níveis de “informação sobre os partidos” e de renda familiar. Naturalmente, dado o fato de que se trata aqui de avaliações sobre *cada* partido, tornar-se-ia inconveniente utilizar a simples contraposição anteriormente adotada entre oposicionismo e governismo das opções partidárias. Assim, ao invés de agregar as opções peemedebistas e petistas, elas são agora contrastadas separadamente com as opções pedessistas para efeito de calcular os valores do coeficiente de correlação.

Tabela XII – Eleições de 1982: Opiniões sobre greves como forma de atuação política em relação com renda familiar e preferência partidária, por localidade.

	RENDA FAMILIAR															
	Até 2 sal. mínimos				+ 2 a 4 sal. mínimos				+ 4 a 7 sal. Mínimos				+ 7 sal. mínimos			
INFORMAÇÃO SOBRE PARTIDOS*	B	Mi	Ms	A	B	Mi	Ms	A	B	Mi	Ms	A	B	Mi	Ms	A
	1) Notas ao PMDB (PDS x PMDB)	.44	.46	.24	-.07	.60	.37	.23	.08	-	.72	.75	.07	-	.52	.29
2) Notas ao PT (PDS x PMDB)	.56	.25	.04	-.80	.67	.05	.39	.22	-	.38	.59	.42	-	.16	.15	-.05
3) Notas ao PDS (PDS x PMDB)	.00	.45	.48	.27	.43	.89	.49	.36	-	.55	.52	.65	-	.44	.38	.10
4) Notas ao PMDB (PDS x PT)	.50	.13	.19	-.50	-	.00	-.26	.33	-	-	.54	-.20	-	.43	-.03	.03
5) Notas ao PT (PDS x PT)	.75	.59	.23	.00	-	.42	.52	.33	-	-	.38	.83	-	.33	.24	-.14
6) Notas ao PDS (PDS x PT)	.00	.50	.03	.82	-	.63	.67	.67	-	-	.41	.65	-	.50	.63	.51

* Como na tabela anterior

O que surge de maneira mais gritantemente clara da tabela é o impacto de informação sobre as correlações das opções partidárias com as avaliações dos partidos oposicionistas *nos níveis inferiores de renda*, e a maneira como tal impacto tende a atenuar-se e diversificar-se nos níveis de renda mais altos. Quer se trate de contrapor pedessistas a peemedebistas

(linhas 1, 2 e 3 da tabela) ou a petistas (linhas 4, 5 e 6), esse impacto pode ser observado com grande nitidez especialmente na categoria correspondente a até 2 salários mínimos tanto para as notas dadas ao PMDB quanto para as dadas ao PT, mantendo-se também de forma bem nítida para a contraposição entre pedessistas e peemedebistas na categoria de renda imediatamente superior. Ressalte-se, porém, algo crucial: a *direção* em que se dá esse impacto. Assim, seria talvez de esperar, à luz de certas concepções acerca da natureza das identificações partidárias dos setores populares, que a correlação entre a avaliação dos partidos e a opção por um ou outro partido *aumentasse* à medida que, nas condições em geral precárias de informação existentes em tais setores, aumenta a informação de que se dispõe, quando os eleitores supostamente passam a poder articular mais congruentemente as imagens e as preferências partidárias. O que se verifica, porém, e exatamente o oposto: o aumento do nível de informação tende inequivocamente a fazer *diminuir*, nas categorias inferiores de renda, a intensidade das correlações entre avaliações dos partidos e preferências partidárias – ou mesmo (aspecto do qual nos ocuparemos logo) a transformar, em dados casos, fortes correlações positivas em fortes correlações negativas.

Não parece haver senão uma interpretação plausível para tal padrão em seu aspecto mais geral: a de que, em condições de reduzida informação, as notas dadas aos partidos (ou as avaliações feitas deles) se revestem de um caráter amplamente “projetivo”, estabelecendo-se de maneira forçosa a congruência entre a simpatia difusamente suscitada por determinado partido e as características que lhe são atribuídas – tanto mais quando as características em questão dizem respeito (como é o caso de “defesa dos trabalhadores” para as categorias inferiores de renda) a algo que toca diretamente a própria autopercepção do eleitor. Por contraste, à medida que se sobe nos níveis de informação, torna-se possível conviver, em algum grau, com matizes mais variados na percepção tanto do partido pelo qual se opta quanto dos demais – o que se traduz, nos dados em exame, particularmente no fato de que, nos níveis inferiores de renda, mesmo os eleitores identificados com o PDS se deixam penetrar, quando mais informados, pelas imagens dominantes do PMDB e do PT como partidos que tomam o lado do “povo” ou dos trabalhadores, donde a queda e o desaparecimento das correlações com o aumento de informação. Note-se que esta linha de interpretação envolve, como aspecto a merecer registro, a

constatação de que a correlação entre opção partidária e avaliação dos partidos de oposição é alta (e até especialmente alta) mesmo no caso dos eleitores cuja desinformação chega ao ponto de não poderem sequer citar espontaneamente qualquer dos partidos existentes, que é o caso dos que se situam no extremo inferior de informação de acordo com a medida aqui utilizada. A interpretação tem em conta, naturalmente, que muitos dos que se encontram nessa categoria têm condições de manifestar – e manifestam efetivamente – preferência entre os partidos quando estes lhes são citados.

Mas há outros aspectos particulares a destacar na tabela. Primeiro, o de que se dá, como mencionamos acima, a transformação de fortes correlações positivas em negativas em determinados casos de alta informação no nível inferior de renda. Assinale-se que essa inversão ocorre, significativamente, nos dois casos seguintes: (a) o caso em que se contrapõem pedessistas e *peemedebistas* em torno das notas dadas ao *PT* (linha 2); e (b) o caso em que se contrapõem pedessistas e *petistas* em torno das notas dadas ao *PMDB* (linha 4). Isso mostra que, em contraste com a mera tendência dos pedessistas a darem notas altas ao PMDB e ao PT (que é o que responde pelo desaparecimento das correlações em informação alta nas linhas 1 e 5), nos dois casos indicados temos também que os peemedebistas de alta informação dão notas *baixas* ao PT e os petistas de alta informação procedem da mesma forma com relação ao PMDB. Por outras palavras, nos níveis inferiores de renda, entre os eleitores de mais alta informação, petistas e peemedebistas se percebem mutuamente como adversários, enquanto tendem a perceber-se como aliados entre os eleitores de baixa informação. Na verdade, entre os peemedebistas a percepção hostil relativamente ao PT parece mesmo bem mais forte do que a que se dá relativamente ao PDS, como se constata pela comparação da magnitude dos coeficientes para alta informação nas linhas 2 e 3 para a categoria inferior de renda.

Por contraste, vê-se que, na categoria superior de renda, pedessistas e peemedebistas tendem a revelar avaliações polarizadas do PMDB quanto a “defesa dos trabalhadores” *nos diferentes níveis de informação* (apesar de que a incidência de casos correspondentes ao extremo inferior de informação seja aí praticamente nula), e tendem mesmo a fazê-lo de maneira especialmente marcada no nível de informação mais *alto*. Tal padrão diverge claramente do que se observa, em renda alta, quanto às

avaliações feitas do PT por parte de peemedebistas e pedessistas (linha 2 da tabela), onde as correlações tendem a ser fracas independentemente do nível de informação. O aspecto geral dos dados ajusta-se certamente à ideia de que, nas posições socioeconômicas mais altas, a contraposição PDS/PMDB assume maior importância e saliência – e que, entre os pedessistas, não apenas se percebe o PMDB como o adversário que efetivamente conta, mas também a própria avaliação positiva do PT pode adquirir sentido estratégico na confrontação com o PMDB. Isso não impede que mesmo os pedessistas, se informados, não possam senão tender a avaliar com alguma reserva a atuação *do próprio PDS* do ponto de vista da defesa dos trabalhadores, o que responde pela perceptível tendência geral à redução da intensidade das correlações nos casos de alta informação da linha 3 da tabela. Mas tal avaliação é ainda suficientemente afirmativa para permitir, dada a postura combativamente anti-PDS dos *petistas*, que as correlações sejam em geral fortes na linha 6 da tabela, onde os coeficientes se referem à contraposição das avaliações feitas por pedessistas e petistas.

Em geral, os dados da tabela XII parecem indicar com clareza alguns dos mecanismos ou fatores que concorrem para estreitar os limites dentro dos quais caberia esperar uma postura *issue-oriented* (ou propriamente “ideológica”, no sentido sartoriano de ideologia política) diante do processo político-eleitoral. Corrobora-se que, nos amplos setores pobremente informados e precariamente envolvidos no processo político, o que parece estar em jogo são antes identificações difusas e “projetivas” estabelecidas em torno de imagens bastante simples da estrutura social e das clivagens que a definem – seja qual for o significado que caiba atribuir a isso do ponto de vista da estabilidade das identificações partidárias e suas consequências.

V

Que conclusões gerais extrair dos dados? Seria pouco razoável, certamente, qualquer pretensão de tomar cada uma das numerosas observações feitas de maneira a integrá-las todas num conjunto coerente. Não obstante, acreditamos ser apropriado destacar algumas dimensões ou aspectos gerais em conexão com a análise realizada acima.

Começamos pela interpretação geral a ser dada às tendências mais reiteradas e nítidas quanto à forma de se relacionarem os diferentes tipos de variáveis privilegiados na análise. Parece bastante claro que essas tendências corroboram a integração proposta dos modelos da centralidade e da consciência de classe. Mas a análise comparativa aqui feita de dados correspondentes a diversas cidades e regiões do país vem enriquecer a interpretação anterior em um aspecto importante, que pode ser traduzido em termos de um refinamento com respeito à dimensão “horizontal” da ideia de centralidade. Bolivar Lamounier, embora sem recorrer à noção de centralidade de que nos temos valido, falava anos atrás de “metrópoles periféricas” para referir-se a padrões observados em Salvador – que era assim implicitamente contrastada com metrópoles “centrais” tais como, presumivelmente, Rio de Janeiro e São Paulo.²⁸ Ora, os dados aqui examinados sugerem claramente a conveniência de se incorporar à dimensão horizontal de centralidade, ademais do mero contraste entre o meio rural e o meio urbano, também a consideração da maneira pela qual o aspecto geográfico ou regional se articula com os componentes mais sociológicos do conceito de centralidade. Assim, algumas das observações feitas indicam que, congruentemente com o significado geral dado a esse conceito na literatura que recorre ao modelo da centralidade, seria possível falar com propriedade das capitais nordestinas como correspondendo, em geral, a posições menos centrais do sistema sociopolítico nacional, ou a metrópoles que se mostram como “periféricas” nos termos do modelo sociológico de centralidade de que aqui se trata. Contudo, outras de nossas observações mostram que, nesses mesmos termos, *também* Rio de Janeiro e São Paulo devem ser consideradas, em alguma medida, “metrópoles periféricas” – e que, se cabe falar de um “centro” do sistema político brasileiro no sentido sociológico ou sociopsicológico que aqui nos importa, ele se encontraria antes em Porto Alegre.

Por certo, com isso não se pretende propor que Rio de Janeiro e especialmente São Paulo não sejam o que se poderia descrever como as verdadeiras capitais políticas do país. Mas elas são também, em parte pelas mesmas razões que fazem delas as verdadeiras capitais, cidades em que a marcada heterogeneidade do eleitorado brasileiro se faz sentir

²⁸ Veja-se, por exemplo, Bolivar Lamounier, “Presidente Prudente: O Crescimento da Oposição num Reduto Arenista”, em F. W. Reis (org.), *Os Partidos e o Regime*, pp. 46-47.

acentuadamente, de forma semelhante a Belo Horizonte – e é notável a maneira pela qual, em nossos dados, as tendências observadas nos estratos inferiores do Rio de Janeiro e de São Paulo se aproximam às vezes das que se encontram nos municípios da “área rural”. Em contraposição, Porto Alegre parece representar, no sistema nacional (ou pelo menos entre as cidades aqui consideradas), o pólo em que as condições “objetivas” (em correspondência, certamente, com melhores índices de desenvolvimento social) atuam mais homoganeamente de maneira a favorecer a operação dos fatores intelectuais e sociopsicológicos na forma que a teoria da centralidade vê como própria das posições mais “centrais” – e que, na integração que propomos do modelo da centralidade com o da consciência de classe, cumpriria ver como o da mais nítida atuação do modelo da consciência de classe no que se refere aos setores populares.

Não é o caso, naturalmente, de construir mitos a partir de sugestões como essa, e deixar de enxergar os claros limites com que deparam os mecanismos previstos por este modelo mesmo em Porto Alegre. Assim, se não fosse bastante evidente, por exemplo, o elemento caudilhesco ou personalista da adesão popular ao PDT e de suas conexões com o papel do antigo PTB no Rio Grande do Sul, lembrem-se, no que se refere aos nossos próprios dados, observações como as relativas à forma da articulação entre antimilitarismo e renda familiar entre os adeptos daquele partido ou à alta polarização das opiniões sobre greves que, em Porto Alegre como em Belo Horizonte e algumas capitais nordestinas, se dá sobretudo nos níveis inferiores de renda – observações que se opõem claramente a qualquer idealização do proletariado porto-alegrense como um ator coletivo lúcido e aguerrido a lutar coerente e autonomamente nas diversas frentes. Não obstante, é inegavelmente significativa a maneira reiterada pela qual Porto Alegre vem a representar uma exceção quanto aos padrões através dos quais se revela, no conjunto dos dados, o caráter “deficiente” da operação dos fatores de consciência de classe em particular junto aos estratos socioeconômicos mais baixos.

Como quer que seja, do ponto de vista mais geral da incorporação da dimensão regional (em conjugação com a oposição rural-urbano e com posição socioeconômica “vertical”) à interpretação em termos de centralidade, cabe destacar a similaridade básica de dois conjuntos de observações permitidas pelos dados e a plausibilidade que eles emprestam à

ideia geral. O primeiro conjunto é o que se refere aos itens de política econômico-social (especialmente “custo de vida”) e à forma global assumida por sua articulação com posição socioeconômica e opiniões e preferências políticas nas diversas cidades/regiões: o padrão encontrado, como se recordará, indica maneiras *diferenciais* de se relacionarem opiniões políticas e níveis de renda que se mostram compatíveis com a visão de determinadas regiões ou cidades, enquanto tal, como contextos menos propícios à operação dos fatores objetivos e subjetivos de centralidade do que outras. A consequência é a de que, nestes casos (correspondentes em geral à região ao norte de Belo Horizonte e incluindo parcialmente esta cidade, e contrastando especialmente com o que se passa em Porto Alegre), o aumento do nível de renda familiar, ou a ascensão ao longo da dimensão vertical de centralidade, representa como que uma “correção” das condições gerais de mais marcada marginalidade e alheamento que se faz necessária, em maior medida do que nos demais casos e analogamente ao que ocorre nos contextos propriamente rurais, para que se dê o surgimento de propensões politicamente inconformistas. Se isto se ajusta aos padrões relativamente complexos assinalados quanto aos itens de política econômico-social e suas relações com outras variáveis de opinião, note-se que se ajusta também ao segundo conjunto de observações anunciado, a saber, as simples variações espaço-temporais das inclinações partidárias tomadas em termos de oposicionismo-governismo: por contraste com a clara tendência ao crescimento do oposicionismo com a diminuição dos níveis de renda observada nas capitais do Sudeste em eleições anteriores, em que ARENA e MDB se contrapunham de maneira polarizada, temos agora, com a complicação introduzida pela ruptura do bipartidarismo, a tendência ao arrefecimento e virtual desaparecimento daquela correlação nas mesmas capitais; ela convive, porém, por um lado com a perceptível tendência à diminuição do governismo com o aumento dos níveis de renda em cidades como Recife e Salvador – e por outro com a marcada tendência ao *aumento* do governismo com a renda em Porto Alegre. Por outras palavras, o Sudeste apareceria como ponto de relativo equilíbrio de inclinações que tendem a *inverter-se* na passagem do Nordeste ao Sul...

A feição geral mais saliente a assinalar nos dados, porém, é sem dúvida a que diz respeito às recém-mencionadas deficiências na operação dos mecanismos previstos pelo modelo da consciência de classe, particularmente nos estratos populares. Os reiterados padrões de aumento

da insatisfação ou inconformismo com o aumento dos níveis de renda e de mais nítida tradução de tal insatisfação em termos de opção partidária também nos níveis altos de renda são os indicadores mais claros de tais deficiências. Eles têm como correlato de decisiva importância os obstáculos opostos ao envolvimento político geral que se traduzem no menor acesso a informação e que se intensificam à medida que descemos nos níveis socioeconômicos ou alcançamos, em geral, posições menos “centrais”. O resultado é que, mesmo nos setores que cabe ver, em certa ótica, como a “vanguarda” do processo de mobilização política popular no país – tais como, por exemplo, os setores paulistanos alcançados diretamente pela mensagem política do PT e que se percebem mesmo como adeptos deste partido –, haja, nos estratos socioeconômicos mais baixos, amplas proporções de pessoas desinformadas com respeito a temas aparentemente importantes do debate político, ou que não têm condições de articular sua opção partidária com as opiniões que tendem a ligar-se a elas nos estratos mais altos e intelectual e ideologicamente mais sofisticados. Na verdade, a exploração um pouco mais detida que acima fizemos da conexão entre o aspecto cognitivo e a identificação partidária reitera que a natureza desta última, especialmente nos setores populares, parece poder descrever-se adequadamente, em geral, em termos do que chamamos anteriormente a “síndrome do Flamengo” – ou seja, identificações estabelecidas a partir de simpatias em que se contrapõem vagamente o popular e o elitista e que são com frequência incapazes de traduzir-se ideologicamente em conteúdos correspondentes a questões específicas de qualquer natureza.

Não obstante, o que se pôde observar quanto à visibilidade aparentemente bem maior de certos *issues* face a outros que lhes pareceriam intimamente ligados (como “custo de vida” em confronto com “salário” e “desemprego”, ou “greves” em confronto com “controle dos sindicatos”), bem como as consequências dessa maior visibilidade do ponto de vista de certos correlatos dos itens em questão, sugere que não se descarte demasiado prontamente a intuição inicial com respeito a formas possivelmente diferentes de se dar a definição da imagem partidária, em contextos diversos, por referência a *issues* ou questões de tipos também diversos. O contraste entre o “próximo” e o “remoto”, por exemplo, que se privilegiou a propósito de tais problemas, pode dar-se na consciência popular em formas distintas, e fatos como o de tratar-se de uma eleição municipal ou nacional, de um contexto de crise econômica intensificada ou

de um momento caracterizado pela memória recente de emergências de qualquer tipo podem ter efeitos decisivos em condicionar os termos em que se dará concretamente aquele contraste. Não parece haver boas razões para estarmos seguros de que os instrumentos utilizados até o momento em nosso esforço de pesquisa se tenham dirigido adequadamente à volatilidade aí sugerida.

Seja como for, o que acima se apontou a respeito da natureza das identificações partidárias em sua ligação com o aspecto cognitivo nada permite dizer no sentido de uma correspondente precariedade na *estabilidade* delas. Por certo, na medida em que elas se estabeleçam com base em imagens de pouca sofisticação cognitiva e ideológica, tais identificações estarão sujeitas a perturbações circunstanciais em correspondência com alterações na estrutura partidária como as que se têm produzido no país. Tais perturbações, porém, como evidenciado pelo inquestionável fracasso dos esforços em prol da legitimação eleitoral do regime de 1964 através da manipulação da legislação partidária, não durará senão o tempo necessário para que se chegue novamente a divisar as linhas básicas de clivagem (ainda que expressas ou definidas de forma simples ou mesmo simplória) nos novos contornos de cada estrutura partidária implantada. E a razão dessa estabilidade básica reside, nos termos da problemática formulada em nossa introdução, no fato de que é a *identidade* que está sempre em jogo. Ela está em jogo na “síndrome do Flamengo” em que se contrapõem “pobres” e “ricos” e que serve de lastro ao populismo, assim como está em jogo na “identificação” herdada com Democratas ou Republicanos, nos EUA, ou na “identificação” supostamente *issue-oriented* com este ou aquele Partido Socialista por parte do operário europeu-ocidental de almanaque. Naturalmente, o que tem incidência variada nesses diferentes casos é a “ideologia política” de Sartori e seu papel na definição da identidade, bem como a disposição à ação doutrinariamente orientada. Nas condições brasileiras, tudo indica, a solução do problema de equilibrar os aspectos simbólico e de instrumentalidade, ou de penetração e eficácia, ainda passa, para qualquer partido que se pretenda popular, pela possibilidade de que venha a adquirir a imagem de partido “dos pobres” – ou “dos trabalhadores”, desde que esta expressão seja tomada de maneira suficientemente difusa para tornar-se praticamente equivalente àquela. E a sofisticação ou pureza doutrinária parece ainda amplamente irrelevante do ponto de vista daquele objetivo.